

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

**A TEORIA MATERIALISTA DAS RELAÇÕES ECONÔMICAS E
POLÍTICAS INTERNACIONAIS**

FRANCISCO PAULINI

Florianópolis – Agosto de 2006

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

**A TEORIA MATERIALISTA DAS RELAÇÕES ECONÔMICAS E
POLÍTICAS INTERNACIONAIS**

Monografia submetida ao Departamento de Ciências Econômicas para obtenção de carga horária na disciplina CNM 5420 – Monografia.

Por: Francisco Paulini

Orientador: Prof. Dr. Nildo D. Ouriques

Área de Pesquisa:

Palavras - Chave:

- 1- Economia Política do Sistema Internacional
- 2- Capitalismo Contemporâneo
- 3- Teoria materialista do Estado

Florianópolis, Agosto de 2006

SUMÁRIO

CAPÍTULO I:	
APRESENTAÇÃO.....	8
I.1 Justificativa.....	8
I.2 Introdução	10
I.3 Objetivos	15
I.4 Metodologia	16
CAPÍTULO II	
A MATERIALIDADE DO ESTADO,O CAPITAL	28
CAPITULO III	
POR UMA TEORIA MATERILISTA DAS RELAÇÕES ECONOMICAS	
E POLÍTICAS INTERNACIONAIS	51
CAPÍTULO IV	
A TRANSPOSIÇÃO DAS PROPRIEDADES DO ESTADO E DO	
CAPITAL.....	71
IV-1 – O ESTADO E O VALOR.....	73
IV – 2 – A POLÍTICA E O ESTADO.....	80
CONCLUSÃO.....	92
RECOMENDAÇÕES E LIMITAÇÕES.....	96
BIBLIOGRAFIA.....	97

RESUMO

O método histórico materialista à análise da sociedade internacional é necessário, pois somente pela decomposição dos elementos materiais que compõe o capital – principal relação social organizadora da realidade contemporânea – é que a realidade da política entre os Estados tem condições de ser estudada enquanto um processo e não um *constructo* impermeável à decomposições. No processo de reprodução contínua da vida material da sociedade humana, o Capital projeta suas propriedades constitutivas sobre todas as aparelhagens sociais, inclusive a política e o Estado. Na era atual a trajetória histórica desse processo tem marcas e características específicas. O nível atual da acumulação capitalista implica em crescente dificuldade de expansão de si própria, o que torna cada vez mais importante os meios de controle do metabolismo social. A partir desta caracterização, a transposição de propriedades do Capital e do Estado se mostra contingencial e típica da contemporaneidade.

Palavras-chave: 1- Economia Política do Sistema Internacional; 2- Capitalismo Contemporâneo; 3- Teoria materialista do Estado

DEDICATÓRIA E AGRADECIMENTOS

Indubitavelmente é impossível fazer a devida menção de honra e gratidão a todos aqueles que direta ou indiretamente contribuíram para que hoje eu pudesse realizar um sonho que se iniciou quatro anos atrás.

Sob pena de cometer injustiças, entretanto, algumas pessoas não podem ser esquecidas, sem as quais, eu certamente não teria conseguido.

Fernanda, pelo apoio e dedicado e incondicional em absolutamente todos os momentos difíceis.

Aos meus amigos, André Spindola, Douglas Campanini, Eduardo Ráo, Thiago Maris, por todas as horas de alegria, bons e sinceros conselhos, cuja falta teria feito meus últimos anos aqui, vazios e tristes.

Ao Professor Nildo Ouriques, cuja genialidade e força de espírito constituiu um incentivo à minha formação.

Aos Professores Lauro Mattei, Celso Weydmann e Carmen Gelinsky nos quais sempre encontrei colaboração, por vezes maior que meu merecimento.

Finalmente, uma menção honrosa, agradecida e anônima, a todos aqueles que amei, que, não estando mais comigo, ainda permanecem todos os dias, iluminando meu caminho com os exemplos que deixaram.

“Non mi pare che li omini grossi e di tristi costumi e di poco discorso meritino sí bello strumento, né tanta varietà di macchinamenti, quanto li omini speculativi e di gran discorsi, ma solo um sacco dove si riceva il cibo e donde esso esca; che , invero, altro che un transito di cibo non son da essere giudicati, perché niente mi pare che essi pertecipino di spece umana, altro che la voce e la figura; e tutto il resto è assai manco che bestia.” (Leonardo da Vinci – Pensieri)

CAPÍTULO I

APRESENTAÇÃO

I.1 - JUSTIFICATIVA

Este trabalho se justifica tanto pela crise paradigmática presente no estudo das relações econômicas e políticas entre as nações nos dias atuais, como pela exequibilidade e necessidade de um resgate das teorias políticas e econômicas de cunho histórico-materialista, cuja base, também neste estudo encontra-se em Karl Marx e Friedrich Engels.

A necessidade do citado resgate encontra-se subordinada ao atual contexto conflituoso e incerto das relações internacionais políticas e econômicas, sobre o qual espera-se que as reflexões que venham a ser desenvolvidas projetem alguma possibilidade de compreensão.

A exequibilidade da construção teórica objetivada deve-se sobretudo ao arcabouço metodológico e demais contribuições legadas por Engels e Marx, os quais, não obstante nenhuma obra de cunho especificamente teórico sobre o Estado e suas inter-relações tenham produzido, a base materialista de suas concepções a respeito da história permitem tanto a atualização como um extrapolamento de competências teóricas e analíticas em relação às obras originais.

É justamente por essa razão que o trabalho dedicará especial atenção aos aspectos metodológicos e aos tópicos de análise do contexto atual conforme a sistemática dialética de decomposição da realidade contemporânea e sensível em sua totalidade, descrita no capítulo metodológico.

O objetivo formal, do trabalho, portanto, se presta ao resgate do pensamento marxiano e engelsiano no tocante as relações entre os países e sua história, buscando a possibilidade de desenvolvimento de uma teoria materialista das relações econômicas e políticas internacionais.

Quanto à estrutura, este trabalho pretende tratar inicialmente do estudo da abstração maior dentre do tema selecionado, isto é, o Estado-nação. Com especial destaque e atenção aos vínculos entre o Estado e o Capital, pretende-se iluminar a natureza tanto de um como de outro fenômeno histórico e social enquanto tais.

A partir desta contextualização as modernas teorias, tanto do Estado, como das relações internacionais serão enunciadas e contrapostas. A partir dos tópicos subseqüentes iniciar-se-á a construção da teoria proposta.

I.2 - INTRODUÇÃO

AS TEORIAS GERAIS DO ESTADO

Nesta seção a questão do Estado é abordada de diferentes maneiras, cuja seqüência perfaz um processo lógico de entendimento e estabelecimento do espaço teórico de uma teoria materialista do Estado, que justamente pela sua materialidade contempla ao mesmo tempo, tanto o Estado em si mesmo; em relação aos demais, e ao Capital. Ao fim desta seção, os fundamentos básicos da teoria proposta estarão lançados e suas categorias básicas, em consonância com o materialismo histórico e a síntese dialética, minimamente evidenciadas.

Obviamente este trabalho, que não tem pretensões e nem condições de formular em caráter definitivo uma teoria da economia política internacional, faz uso do presente título a fim de expor e chamar a atenção ao empenho e dedicação, que o tema merece, a todos os cientistas aptos a examina-lo. Neste sentido, o trabalho, que sintetiza mais de um ano de leituras e reflexões pretende dedicação maior aos aspectos metodológicos e conceptuais de base mais estrutural, a partir dos quais, em uma segunda etapa, se tornará lícito e cabível aspirar à formulação de um sistema teórico materialista capaz de compreender a economia política do mundo capitalista.

O estudo da política e da economia sempre fez parte da preocupação dos homens. A obra “A política” de Aristóteles, por exemplo fornece, além de elementos de política, um estudo sobre a tipologia do poder e conceitos rudimentares de economia.

Somente com a consolidação dos Estados nacionais e a fase industrial do capitalismo, o tema motivador deste trabalho passa a fazer jus a se tornar objeto de estudo. A partir da Revolução Francesa e do desenvolvimento das indústrias inglesas, o mundo econômico e político começa a tomar feições semelhantes às hoje conhecidas.

A expansão capitalista para além das fronteiras nacionais, marca, pois, um importante acontecimento na construção da modernidade.

Os primeiros escritos econômicos científicos propriamente ditos podem ser atribuídos a Adam Smith e David Ricardo, os quais estudaram alguns relacionamentos entre a política e a economia, além de haverem contribuído, em alguma medida, ao estudo da política internacional, ainda que sob o prisma mais pronunciado – para não dizer exclusivo – da questão colonial e do comércio exterior.

É fato que a política sempre foi, e ainda é, um terreno árido ao teórico. Tanto por envolver informações geralmente indisponíveis para análise, como, principalmente no passado, devido à própria estrutura monárquica e absolutista dos países europeus. Desta forma, por um longo tempo, a política foi manifestação mais do desígnio pessoal dos soberanos que propriamente o produto de contingências racionais, necessárias e logo, objetos de análise científica.

Neste sentido, é compreensível que nos próximos anos da era moderna as principais teorias sobre as relações políticas e econômicas internacionais estivessem difusas em tratados e compêndios sobre a natureza do poder, o direito internacional, a diplomacia, a arte da guerra e o comércio internacional. A ascensão da burguesia ao poder político e a nova configuração

dos Estados nacionais, contudo, não justifica mais essa abordagem segmentaria.

Apesar disso, o meio científico tem exibido grande dificuldade em tratar de forma compreensiva a atual realidade mundial, na qual política e economia se encontram absolutamente inter-relacionadas.

Uma das razões para essa dificuldade pode estar na impossibilidade de conciliação de conceitos e categorias provenientes de ciências isoladas, o que se agrava dado à carência de harmonia metodológica e paradigmas científicos.

Abordagens teóricas no seio da geografia, da história, da ciência política e da economia se prestam a perseguir o entendimento das relações econômicas e políticas internacionais.

As abordagens geográficas capazes de lidar com este objeto teórico se iniciam com a geografia de Ratzel, passando pela geopolítica alemã e norte-americana até a escola possibilista francesa.

No campo das ciências econômicas, além de algumas contribuições relativas ao comércio exterior, alguns ramos do desenvolvimento econômico, a economia regional e as teorias da dependência e imperialismo, pouco mais tem a oferecer que abordagens esparsas e fragmentárias sobre o sistema internacional.

A história, com exceção da diplomática e militar – que mais se assemelha á arte que à ciência – conta com alguns teóricos da história mundial, a exemplo de Braudel e Hobsbaum, os quais deixaram contribuições úteis e memoráveis, contudo ainda incompletas ao estudo proposto.

No que compete à ciência política, e seu ramo aplicado – às relações internacionais – não obstante a profusão de obras, os resultados obtidos são, todavia, medíocres: dedicadas no mais das vezes à análise de casos e limitados pelo empirismo.

Parece bastante claro hoje a importância da busca de instrumentalização teórica das relações políticas e econômicas internacionais, a economia política do sistema capitalista. Essa importância não advém somente do que se convencionou denominar globalização, mas da constatação : o mundo sofreu importantes mudanças entre as décadas de 70 e 90, as quais não foram plenamente assimiladas, nem pela academia e tão pouco pela população.

Além disso, as últimas décadas apresentaram inovações proficuamente “multidisciplinares”. Mudanças políticas, sociais, econômicas e geográficas acontecendo juntas e correspondendo-se mutuamente.

Ao teórico, nossa era se apresenta como um objeto raro e precioso, um momento ímpar no qual formas historicamente estabilizadas adquirem nuances caóticas e cambiantes.

É pois, abandonar momentaneamente a desordenada e caótica sociedade internacional e adentrar no subterrâneo silencioso da ciência e observar, nas próximas páginas algumas das estruturas que sustentam e compõe o sistema capitalista mundial.

No tópico metodológico demonstra-se a adequação e necessidade da aplicação do método histórico materialista à análise da sociedade internacional.

O capítulo segundo tece uma reflexão sobre a materialidade do Estado recorrendo, para tanto, a autores contemporâneos, nos quais são abordadas questões como as re-estruturações produtivas e financeiras dos anos setentas, bem como uma discussão sobre as alternâncias das hegemonias do sistema mundial.

O capítulo terceiro, a partir das conclusões do anterior é mais específico em expor os contornos teóricos necessários á uma contribuição ao estudo das relações econômicas e políticas internacionais. Para tanto, um breve resgate teórico das obras de Marx e Engels é executado com vistas a fornecer um referencial histórico e conceptual à investigação. Posteriormente diversos temas pertinentes ao estudo são analisadas e examinadas iluminando o encadeamento da estruturação dialética sobre a história e evolução das nações enquanto produto e produtores do sistema capitalista, a partir do que, encerra-se a exposição em aspectos mais pormenorizados da realidade atual sobre os quais são introduzidos os princípios hipotéticos principais.

I.3 - OBJETIVOS

Objetivo Geral:

Elaborar um conjunto de construções, críticas e reflexões que possibilitem uma efetiva contribuição ao desenvolvimento de uma teoria materialista e histórica das relações econômicas e políticas internacionais, bem como à compreensão contemporânea dos fenômenos políticos e econômicos.

Objetivos específicos:

- Descrever brevemente – com vistas a contextualização do trabalho - os principais arcabouços teóricos das relações internacionais a exemplo da teoria contratualista e suas vertentes modernas, bem como expor problemas paradigmáticos e limitações metodológico-conceituais;

- Demonstrar que o capitalismo possui uma contradição interna básica desdobrada em dois aspectos, cujos processos de ajustamento são sistêmicos e constituem o principal condicionante das relações estudadas;

- Revisar as concepções teóricas de Estado e capital, buscando formular um corpo único que permita a análise não só do capital e estado isolada e singularmente, mas dentro de uma perspectiva de totalidade.

I.4 - METODOLOGIA

Il fumo penderà in colore alquanto azzurro, e la polvere terrà il suo colore; dalla parte che viene il lume parrà questa mistione d'aria, fumo e polvere molto più lucida che dalla opposta parte; i combattitori, quanto più fieno infra detta turbolenza, meno si vedranno e meno differenza fia daí loro lumi alle loro ombre.”

(Leonardo da Vinci: Trattato della Pittura – Pittura di una Battaglia)

O estudo de um fenômeno enquanto instância imediata dos movimentos observáveis requer métodos dedutivos, indutivos ou descritivos. Isso explica em partes o uso intensivo da matemática em diversos campos da ciência econômica, dada sua inegável capacidade descritiva.

Neste estudo, o objetivo é outro. Por isso a elaboração de um método que, sem negar a aparência fenomênica do processo investigado, busca-lhe a evasão das determinações mais imediatas e exteriores.

Procurando demonstrar que, no caso específico deste trabalho, as relações econômicas entre as nações são manifestações de um elemento essencial que lhes é alheio, pretende-se, em primeira instância, comprovar a insuficiência da redução fenomenológica, presente nos métodos supracitados, como veículo de crítica.

A partir do idealismo de Husserl, Almir de Andrade fundamenta os limites da verdade fenomenológica:

A verdade fenomenológica é não o que a consciência percebe (como dizem os idealistas), mas também aquilo que ela vive como verdadeiro. Assim não basta afirmar que percebemos verdadeiramente o mundo e sim que o mundo é aquilo que percebemos. (ANDRADE, p. 450, 1971)

Extrapolando esses limites, Karl Marx, a partir da dialética hegeliana, concebeu no capítulo III da “Introdução à crítica da economia política”, seu método: o materialismo histórico.

Em linhas gerais, o método marxista postula que ao tratar de um fenômeno da economia política deve-se fazê-lo a partir de sua observação. Apercebendo-se de sua natureza essencialmente abstrata, a qual contempla determinações menores que o compõe. Assim, buscando-se determinações e abstrações cada vez mais delicadas, deve-se, ao final, a partir dessas abstrações menores, recompor a realidade, não mais como um todo caótico de relações abstratas (como a realidade imediata e visível, como uma abstração figurada, um pseudo-concreto), mas como uma totalidade de múltiplas determinações, enquanto um “concreto pensado”.

Tal como se depreende da seguinte passagem de Marx:

[...] “o método que consiste em elevar-se do abstrato ao concreto é para o pensamento precisamente a maneira de se apropriar do concreto, de o reproduzir como concreto espiritual”. (MARX: 1983, p. 219)

Este método assemelha-se ao hegeliano, mas nega-lhe o caráter idealista.

Por isso Hegel caiu na ilusão de conceber o real como resultado do pensamento, que se concentra em si mesmo, [...] se movimenta em si mesmo[...] (MARX, 1983, p. 219)

O pensamento não constitui a realidade, mas tão somente dela se apropria, tal como se pode verificar no seguinte excerto em que Lukács estuda este particular aspecto na obra de Marx:

Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência”(Marx).; nesse trecho, o mundo das formas de consciência e seus conteúdos não é visto como um produto direto da estrutura econômica, mas da totalidade do ser social (LUKÁCS, 1960, p. 41)

Como será demonstrado neste capítulo, bem como indiretamente no decorrer da obra, o método apresentado, i. e., o materialismo histórico, concebe a realidade social de forma materialista, mas não determinista no sentido automático. O materialismo histórico, inclusive, tem sua origem justamente na superação do idealismo e do materialismo mecanicista, a exemplo das “Teses sobre Feuerbach” “que remontam “A ideologia alemã” de Marx e Engels”(MANDEL,1978, p.273)

Existe de forma latente no método aqui aplicado uma concepção particular e dialética do tempo. Sua particularidade é precisamente a de ser o tempo, dialético em si, e por isso mesmo, engendrar sua dialética no método utilizado para sua concepção – como contingência do estudo de fenômenos históricos.

O concreto é concreto por ser a síntese de múltiplas determinações, logo, a unidade da diversidade. É por isso que ele é para o pensamento um processo de síntese, um resultado, e não um ponto de partida, apesar de ser o verdadeiro ponto de partida e portanto igualmente o ponto de partida da observação imediata e da representação. (MARX, 1983, p.218)

Por este aspecto, comprova-se, ao menos sob o enfoque do pensamento, a natureza dialética da união entre a estática do fenômeno visível e a dinâmica circular de sua análise pelo pensamento, a qual reflete justamente a dinâmica da natureza não imediatamente cognoscível do problema.

Não obstante a amplitude das generalizações até o momento expostas, vale assinalar que objetivo de Marx não foi explicar leis gerais do universo. Nas palavras de Ludovico Silva (1976), o sistema de Marx é constituído em um sentido muito específico e concreto, cujo caráter materialista é sua particularidade. Neste sentido, a concepção de sistema em Marx deve ser diferenciado de sistema filosófico. “A condição para existência de um sistema filosófico é que ele seja vazio, isto é, que explique o mundo esquecendo-se dele” (LUDOVICO SILVA, 1976)

O materialismo histórico utilizará a dialética como forma de explicar fenômenos históricos concretos. Do mesmo modo, como as categorias de Marx se diferenciam das da economia política por serem históricas e não gerais e eternas.(SILVA, 1976)

A divisão que se operou no conhecimento, mais pronunciadamente na época moderna entre o “mundo da objetividade e o da subjetividade” (Kosík, 1976, p95), foi dissolvida pela dialética hegeliana, posto que :

Hegel resolveu em seu tempo a alternativa histórica entre o rígido pensamento racional, de um lado, e a dinâmica irracional, do outro, com a genial resposta – que equivale à justificação filosófica da razão dialética – de que “existe um tipo mais alto de racionalidade que não a racionalidade do rígido pensamento abstrato”(Manheim, 1927) (KOSÍK, 1976, p.96)

O materialismo dialético, embasado na síntese hegeliana da *ratio* inatista e empirista, demonstra tanto a historicidade da razão como também a necessidade de se partir “dos fenômenos para a essência” (Kosík, 1976) para efetuar o processo do conhecimento, ou, nos termos de Marx, “elevar-se do abstrato para o concreto”. (MARX, 1983, p. 219)

O materialismo dialético, a seu turno, é um sistema filosófico, busca explicar o mundo em suas determinações mais gerais, isto é, o “movimento universal”.(MANDEL,1978, p.235) É perfeitamente derivável do método exposto por Karl Marx, a partir de uma concepção histórica da razão, o que, todavia, não será objeto de investigação, e logo, de justificação metodológica por estar fora do propósito deste trabalho; como confirma a seguinte passagem:

Está claro: si no se quiere limitar el cometido de la teoría económica al estudio de la sociedad capitalista únicamente, sino que en lugar de ello se aspira a la creación de una teoría económica de todas las formaciones sociales sucesivas [...] hacia una economía política “intertemporal” y “general”[...] Pero en este caso, la metodología específica de *El capital* de Marx será necesariamente insuficiente, y habrá que sustituirla por consideraciones profesoriales más o menos útiles acerca del método de la ciencia de la economía “en cuanto tal”....(ROSDOLSKY, 1986, p. 614)

Em que pese a massiva menção ao materialismo histórico, não será estudado o caráter da razão em si, mas antes, a história, ou melhor: as necessidades historicamente definidas no que tange à reprodução da vida material dos homens enquanto seres sociais (MANDEL, 1978, p. 235) e reais. Os homens não serão estudados como *homini oekonomichis*, ou como consumidores, ou produtores, ou ainda agentes. O método utilizado, como se verificará, prescinde desta sorte de abstrações e reduções. Segundo Marx, o erro da economia política esteve ligado ao papel das abstrações no método (ROSDOLSKY, 1986, p.616), tomando a forma de manifestação como prova da representação das leis gerais: “Por eso, para los clásicos ni siquiera podía originar-se el problema metodológico de la disputa entre “forma” y “contenido””.(ROSDOLSKY, 1986, p. 617)

É flagrante a redundância dos resultados para qualquer método de investigação da realidade cujo aspecto visível seja imediatamente idêntico à natureza do fenômeno; sendo necessário separar as formas de manifestação do fenômeno e encontrar os nexos entre forma e conteúdo, aparência e essência, tanto pelo estudo da essência como para compreender a aparência enquanto “forma necessária de manifestação”.(Lukács: 1960, História e consciência de classe).

Sobre este aspecto da conciliação entre forma e conteúdo, Rosdolky postula que:

[...] Marx se hallaba ante una doble tarea metodológica: por una parte, hallar, por el camino de la abstracción científica, las categorías y conceptos mediante los cuales podían captarse las relaciones esenciales (es decir, la “esencia”, en contraste con las meras “formas de manifestación”) del modo de producción capitalista a investigar; y por la otra, vincular esas relaciones esenciales con los fenómenos que ocurren en la “superficie” de la vida económica o, antes bien, deducir los segundos de los primeros. (ROSDOLSKY, 1986, p. 620)

Por esta razão não será enunciada, e tampouco explicitada, qualquer afirmação sobre a natureza da razão ou filosofia do conhecimento, mas a concepção dialética do tempo, que está subjacente a todo esse método, o qual é, a seu turno, também dialético.

Uma crítica comum é que o materialismo histórico tenha vigência e validade restrita ao capitalismo, enquanto uma contingência do atualmente fraco desenvolvimento das forças produtivas que precisamente obriga os seres humanos a voltarem tanta centralidade de suas vidas aos problemas oriundos da reprodução material.(KOSÍK, 1976). Neste sentido, um eventual desenvolvimento das técnicas produtivas e de suas forças poderia algum dia libertar o homem do “primado da economia”.

A tese da emancipação humana do “primado da economia” via desenvolvimento das condições de produção é levantada e refutada por Karel Kosík em “A dialética do concreto” como esclarece o seguinte excerto, dirimindo também a crítica à vigência do materialismo histórico:

A objeção apresentada pela crítica de que a teoria materialista da História só seria válida para a época capitalista – porque neste é o interesse material que predomina e a economia conquista a autonomia, enquanto ao contrário na Idade Média predominava o catolicismo e na Antiguidade, a política – equivale a uma evidente incompreensão da teoria de Marx. A predominância da política na Antiguidade, do catolicismo na Idade Média e da economia e dos interesses materiais na época moderna é explicável exatamente com base na teoria materialista, através da exegese da estrutura econômica de cada uma das sociedades citadas. (KOSÍK, p. 101)

Discorrendo sobre prioridade ontológica das categorias marxistas, e reafirmando o caráter eminentemente ontológico (e não valorativo) dessas (LUKÁCS, 1996) afirma que essa prioridade, ou primado de dada categoria sobre outra, significa tão somente que essa é capaz de existir sem aquela, enquanto que o inverso é “ontologicamente impossível” (LUKÁCS, 1979, p. 40)

No materialismo dialético, o homem não é senão um sujeito objetivo, criador da sua realidade social, como argumenta na passagem seguinte Kosík, realizando uma crítica à teoria dos fatores como um processo de “fetichização da economia”.

O primado da economia não decorre de um superior grau de realidade de alguns produtos humanos, mas do significado central da práxis do trabalho na criação da realidade humana (KOSÍK, 1976, p. 109)

O caráter totalizante do materialismo histórico, em contraposição ao economicismo vulgar é patente ainda no trecho subsequente:

[...] a vivificante interação entre economia propriamente dita e realidade extra-econômica no quadro da totalidade do ser social, (é) o que esclarece questões teóricas que, de outro modo, permaneceriam insolúveis (LUKÁCS, 1996, p. 43)

Segundo Lukács (1979, p. 35), Marx metodologicamente aparta a existência do ser social do método de sua apreensão pelo pensamento, demonstrando a origem das relações ontológicas enquanto relações entre objetividades. Daí decorre a validade da explicação de Kosík sobre o desenvolvimento da teoria do fator econômico, à qual a teoria marxista se opõe:

[...] graças a atomização do homem na sociedade capitalista – obteve (o fator econômico) não apenas a autonomia, mas também o predomínio sobre o homem impotente porque esmigalhado, e sob esta aparência fetichizada, ou seja, deformada ela se apresentou à consciência dos ideólogos do século XIX [...] (KOSÍK, 1976, p. 111)

Da mesma forma como a produção, o consumo e a circulação parecem ser dotados de autonomia relativa, mas não o são. No processo de produção da realidade essa aparente autonomia se dissipa. Todo e qualquer modo de produção determina uma forma para a circulação, a produção e o consumo.

“A anatomia do homem é a chave para a anatomia do macaco.” (Marx, 1983, p.223), a ordem dos conceitos e categorias percorrida pelo pensamento o qual “eleva-se do abstrato ao concreto” não coincide necessariamente com a ordem das origens históricas dos mesmos. Formas historicamente mais recentes podem estar contidas, no processo de apreensão pela razão, em categorias “antediluvianas”. Por este motivo Marx (1983, p. 225) afirma que: “Seria portanto impossível e errado classificar as categorias econômicas pela ordem em que foram historicamente determinadas.”

Um determinado modo de reprodução da vida material humana, como tal, é necessariamente histórico, e a alma desse movimento histórico, só pode ter por conseguinte, natureza material: o metabolismo da sociedade capitalista é o capital. A alma do modo de produção capitalista está materializada nos elementos componentes do capital. De fato, consoante o método já exposto de decompor a realidade social a fim de obter determinações cada vez mais delicadas, com o intento de “elevar-se do abstrato ao concreto”; o capital figuraria indubitavelmente como: tanto o ponto de partida, como o de chegada, enquanto concreto de pensamento. A sociedade capitalista é criada todos os dias onde quer que haja produção de capital. Onde existe produção de capital, existe ao mesmo tempo a produção da mais-valia e a produção da negação da sociedade capitalista através dos processos de concentração e centralização de capital. Nesse processo de produção, apresentado em dois atos simultâneos, a própria sociedade capitalista é produzida continuamente, criando tanto o capitalista como o assalariado, e, a essa relação social, denomina-se Capital.

Acima está exposto um reflexo da concepção dialética do tempo, não como uma teleologia que estabelece, *a priori*, o fim de um ser simplesmente porque existiu seu início, sua gênese.

Ao contrário, o capital – para ater-se ao exemplo adotado - produz seus próprios pressupostos, pois o processo ocorre de forma objetiva, mas introduz a objetividade como sua própria negação, ou seja, o capital. Por isso, na produção, o trabalho – um de seus elementos constitutivos - existente na forma potencial coloca como supostos a possibilidade de valorização – oriunda da relação entre os componentes - enquanto parte do trabalho alienado e o trabalho necessário como condição do capital. É justamente por esta razão que o trabalho alienado sintetiza ao mesmo tempo a riqueza e seu contrário, a miséria.

Uma vez engendrado historicamente, o capital formula suas condições de existência, não como condições de sua gênese, mas como resultados de sua própria existência. Isto em muito se diferencia de estabelecer pressupostos que levem ao ser, o qual é pressuposto de si mesmo e, precisamente por isso, produz suas pré-condições.

O conceito teórico de modo de produção existe em nossa era enquanto manifestação do modo capitalista. Em consequência disso, é inevitável o questionamento sobre a classificação do que é autenticamente capitalista, no sentido histórico.

No livro III, Marx afirma estudar o modo de produção capitalista em sua *média ideal*, o que não significa a abstração de seus efeitos particulares (Althusser, 1980)

O estudo de formas historicamente definidas não pode estar contemplado apenas no conceito de modo de produção sem que haja qualquer formulação sobre seu desenvolvimento e sucessão, isto é, em sua dimensão cambiante e evolutiva.

Podendo servir de contraponto, ainda que meramente semântico, ao conceito de mudança, há n'O Capital o conceito de reprodução, que indica uma tripla relação (Althusser, 1980): a ligação dos diferentes sujeitos econômicos que constituem um único entrelaçamento, a ligação dos diferentes níveis de estrutura social - a reprodução implica a manutenção das condições não-econômicas do processo de produção tal como a continuidade necessária da produção, o que fundamenta todo o restante.

A síntese desse três movimentos implica a reprodução como forma específica de continuidade.

Para a caracterização do aspecto fenomênico é necessária a recorrência a propriedades identificadoras, desta forma, é perfeitamente aceitável o uso de uma “hipótese estranha” (Althusser, 1980), ou uma abstração, como a de que “tudo o mais permaneça constante”. Posto que uma condição dessa natureza não possui justificativa cabível que a defenda enquanto representação tolerável e minimamente fidedigna da realidade (não obstante, esse tipo de construção seja deveras recorrente na economia), é lícito procurar entendê-la enquanto uma hipótese funcional, a qual segundo Althusser abarca algumas possibilidades de justificação.

Primeiramente, pode tratar-se tanto de uma simplificação como de um caso particular. É possível entender ainda a “hipótese estranha” de que “tudo o mais permaneça constante” enquanto uma parte constitutiva de um processo maior, i. e., a História, a mudança. Sob essas condições, seria possível que a continuidade fosse autônoma e contínua. Segundo Althusser (1980), essas explicações são válidas, mas abrem espaço a outra explicação, a de que o modo de produção capitalista é antagônico da continuidade.

O tempo, enquanto dimensão imediata de pensamento, é uma síntese entre o passar e o permanecer. Uma breve recorrência a tudo quanto é conhecido e imaginável na natureza tanto física como social comprova a inexistência de um elemento, ou mais precisamente de um fenômeno, que possa subsistir indefinidamente. De forma análoga, nada há cuja natureza mais primária e elementar seja precisamente a de não subsistir tempo algum. Desta maneira, ainda que simplificada e precária, pode-se conceber o passar e o permanecer como construções ideais.

Examinando mais detalhadamente o passar, não é difícil entendê-lo, ao menos figurativamente, como um movimento. Se examinado com mais detalhe ainda, mesmo no sentido físico essa construção continuaria a ser verdadeira. Igualmente verdadeiro e conhecido é o axioma de que não existe efeito sem causa, ou, derivando, movimento sem motor. Tal como não haverá motor, como pode ser entendido, sem o objeto movente. Essa brevíssima digressão parece apontar sempre para a existência como condição básica, ou pressuposto.

O permanecer, tal como o passar, continua a ser uma construção ideal, entretanto remete à idéia de eterno, porém se, mediado pela ausência de seus elementos constituintes, configura uma espécie de totalidade vazia, isto é, o inexistente.

Deve-se ressaltar que nas construções ideais existência e inexistência, não há qualquer referência às idéias de absoluto, infinito ou universal em sua dimensão metafísica, e, menos ainda a considerações anti ou supra históricas.

[...] a dialética considera a história como unidade de absoluto no relativo e de relativo no absoluto, como um processo em que o humano, o universal, e o absoluto se apresentam seja sob o aspecto de um pressuposto geral, seja também sob o de um resultado histórico particular.(KOSÍK, 1976, p.131)

Assim, o tempo seria, em princípio, a mediação entre a existência e a não existência. Mas a questão que subsiste é se essa mediação é real ou meramente conceitual. Caso essa mediação fosse real, logo, bastariam os conceitos de existência e vazio.

Na hipótese de tal mediação ser conceitual, então, na mera apreensão do tempo (da trajetória dos fenômenos) encontra-se imediatamente a limitação do método.

Somente através da decomposição da trajetória enquanto representação conceitual do tempo, pode-se, através dos conceitos de existência e vazio, na sua dimensão verdadeiramente concreta, identificar as abstrações que podem trazer os elementos da realidade à instância cognoscível e, “elevar-se do abstrato ao concreto” (MARX, 1983, p. 219), retornando ao plano da razão, os elementos já abstraídos da própria realidade. Os quais foram captados da realidade sensível, precisamente sob a grosseira forma da trajetória cognoscível da aparência fenomênica .

Segundo Almir de Andrade:

Toda percepção de invariantes está em função do tempo [...] O tempo é o grande divisor de entre o ser e o não ser, é só ela que dá a verdadeira significação de qualquer filosofia dialética (1972, p.102)

Essa proposição esclarece, ao menos no contexto deste trabalho, tanto a posição do idealismo como a da verdade fenomenológica.

Uma demonstração dessa natureza do tempo aparece ainda, por meio de analogia, nos conceitos de cotidianidade e História de Karel Kosík :

A guerra é a História. No choque entre a guerra (a História) e a cotidianidade, a cotidianidade é dominada: para milhões de pessoas cessa o usual ritmo de vida. Mas também a cotidianidade dominará a História: até a guerra tem sua própria cotidianidade. No choque da cotidianidade com a História (com a guerra), no qual a (primeira) cotidianidade foi destruída e a outra (a nova) cotidianidade ainda não se formou, porque a ordem da guerra ainda não estabilizou bem como ritmo de ação e de vida – habitual, mecânico e instintivo – neste vácuo e descobre o caráter da cotidianidade e da História e, concomitantemente se revela o seu relacionamento recíproco. (KOSÍK, 1976, p. 70)

A estruturação dialética do tempo e do capital forneceu as bases sobre as quais este trabalho desenvolveu sua investigação e teceu suas análises. A síntese material da história foi

o que permitiu estudar o processo de formação dos Estados modernos e a configuração do Sistema das Nações, o objeto de aplicação da teoria aqui proposta.

O Estado no modo de produção capitalista foi, desde o início, a “hipótese estranha” – por exibir, em princípio, determinantes alheios à qualquer análise econômica tradicional. Somente o processo intelectual de decomposição do Estado moderno em elementos menores e mais sutis, possibilitou a compreensão da materialidade do Estado.

Outra dificuldade renitente que teve sua solução possibilitada exclusivamente pelo método adotado foi a tensão entre a estrutura teórica disponível sobre o Estado – mesmo nos canais marxistas - e os conceitos contidos na categoria de sistema internacional.

A decomposição do princípio orientador deste trabalho - o modo de produção capitalista - forneceu tanto sua base histórica, como sua base material. A formação histórica das nações modernas e a configuração específica de classes sociais através das revoluções burguesas dos séculos XVIII e XIX, engendraram o Sistema das Nações tal como é conhecido.

A partir da análise das formas específicas que o capital assumiu desde o início do século XX e principalmente a partir da década de 70 foi possível compreender a atual figuração dos Estados modernos, bem como de suas classes sociais organicamente circunscritas em uma estruturas concreta cognoscível.

A interação entre Capital e Estado permitiu a análise das formas de controle e metabolismo social historicamente necessárias ao atual estágio da acumulação capitalista, lógica orientadora do Sistema das Nações.

CAPÍTULO II

A MATERIALIDADE DO ESTADO: O CAPITAL

O capital é uma forma específica de controle do funcionamento da sociedade humana, mas necessita de uma estrutura de comando adequada. Nesse sentido, o capital se projeta como um nexo de uma estrutura de comando definida historicamente. Assim, o capital é ao mesmo tempo duas estruturas em uma só: a estrutura que Mészáros (2002) denominou de “sociometabólica de reprodução” e a estrutura política.

A categoria chave para entender o desenvolvimento histórico destas estruturas é a da simultaneidade. “Assim, seria completamente equivocado descrever o próprio Estado como uma superestrutura” (Mészáros: 2002, p. 119)

Compreender o Estado como meramente uma superestrutura é reducionista e não explica as transformações do Estado diante de quadros econômicos semelhantes. O capital não pode explicar tudo que ocorre ao Estado.

Ao tentar explicar o Estado a partir do capital, é importante ressaltar o engano em que se constitui utilizar “personificações do capital” como ferramenta analítica, razão pela qual Mészáros (2002) adverte que:

Neste sentido, graças à estrita determinação de sua margem de ação pelo próprio capital, os próprios atores humanos como “controladores” do sistema estão sendo de modo geral controlados e, portanto, em última análise, não se pode afirmar a existência de qualquer representante humano autodeterminante no controle do sistema (p. 126)

A lógica do sistema capitalista compreende as classes capitalistas enquanto fruto e determinante desta lógica. Nesse ponto, é possível pensar em “personalização” e por conseguinte “Estado de classe”.

Falar sobre “o Estado capitalista” e “um estado capitalista” são, pois, coisas muito diferentes. Da mesma forma que “a classe capitalista” não é mera junção das diversas “classes capitalistas” especificamente tomadas. Se assim o fosse; se essa diferença se limitasse a um mero grau de generalização, a luta de classes não poderia ser o eixo central do materialismo histórico. Se a interação entre classes capitalistas especificamente consideradas pudesse ser expressa por uma “justaposição”, os conceitos de concentração e centralização de capital, por exemplo, não teriam significado.

A “Crítica ao Programa Gotha” (MARX & ENGELS, 1970), deixa claro que a sociedade atual como um todo é a sociedade capitalista, ao passo que os estados são diversos. O fato comum dentre a diversidade de estados é justamente o de estarem assentados sobre a sociedade burguesa. Não é o momento ainda de investigar o cosmopolitismo da classe capitalista em Marx, visto que o aspecto mais importante na atual discussão é que a possibilidade de se fazer referência a uma sociedade capitalista geral repousa sobre a idéia do conflito: a sociedade capitalista internacional é conflituosa.

Por essa razão a existência de uma sociedade capitalista em geral em nada colide com o caráter de classe do Estado.

A definição das generalizações metodologicamente viáveis às classes que compõe o sistema capitalista é importante na medida em que se propõe a demonstrar que a materialidade do Estado capitalista é manifesta no capital, tendo em consideração que quando se refere a “Estado capitalista” entende-se que é um estado composto por classes antagônicas dentro do sistema capitalista. Por este motivo, a medida da personalização de uma classe social e conseqüentemente do Estado capitalista (que de alguma maneira é seu representante¹) importa para a definição teórica das determinações mais invariáveis ou naturais² do “Estado em geral” e suas leis mais especificamente históricas e, por isso, hoje capitalistas, através das quais o abstrato e inexistente “Estado em geral” é transformado em “Estado capitalista”, existente e concreto.

¹ Esta questão será elucidada principalmente nos dois capítulos seguintes. Neste momento essa caracterização da relação entre classe capitalista e Estado é suficiente.

² A adjetivo “natural” costuma ser associado negativamente ao materialismo histórico e ao marxismo. Essa idéia, entretanto, não se verifica nas obras originais de Karl Marx. Salomón Bloom (1975, cap. 2, p. 24) demonstra que Marx possuía uma concepção do “natural”, embora não totalmente fixo e tampouco no sentido determinístico. Exemplo semelhante pode ser obtido diretamente na obra “A ideologia alemã” de Marx nas concepções sobre a natureza do comportamento médio dos diferentes povos.

Para qualquer nível do processo econômico a “a-personalização” se faz mediada pela fetichização do trabalho. Atribuir vida própria ao que não possui, i. e. o trabalho separado do homem. Este processo existiria em toda vigência do capitalismo, mas hoje adquire níveis mais extremados em face da evolução técnica e dos mecanismos de controle tanto da produção como das “pessoas insumos”.

Mesmo no nível da alta administração, a despersonalização é patente: a lógica do capital parece ser agora conduzida por gestores assalariados e não pelas classes capitalistas propriamente ditas.

Essa caracterização parece ser verdadeira quando se examina a realidade de muitos magnatas e herdeiros de grandes fortunas. As complexas estruturas de capital acionário de grandes empresas transnacionais com inúmeras filiais, subsidiárias e sucursais parecem também corroborar com a hipótese do afastamento da classe capitalista da gestão do capital. Ernest Mandel, em “O Capitalismo tardio” (1982: p. 172), entretanto contrapõe essa tese afirmando que a tecnoburocracia jamais substituirá a burguesia visto que o imperativo da valorização do capital é o verdadeiro comando da burguesia.

Assim, é perfeitamente possível se referir, não a uma “personalização do capital”, mas a uma “personificação” do capital: a personificação do capital nas classes capitalistas. O que parece uma mera solução fraseológica se converte em uma síntese dialética entre classe capitalista e capitalistas, capital e capitais, iluminando tanto a centralidade da luta de classes, como o caráter de classe do Estado e sua dualidade histórica.

Segundo postula Mészáros (2002), no particular aspecto da reificação do trabalho enquanto “fator material de produção” existe a possibilidade de rebelião dos trabalhadores (dada à natural e conseqüente precarização do trabalho) visível nas “fantasias sobre a chegada do processo de produção totalmente automatizado e sem trabalhador”. Conforme aponta o autor nesse conflito ininterrupto o Estado tem um papel indispensável, assim “[...] o Estado moderno e a ordem reprodutiva sociometabólica do capital são mutuamente correspondentes” (p. 127). Postulado de outra maneira, esse processo não é senão a evolução desproporcional do capital constante sobre o variável, ou ainda efeito da “reprodução ampliada do capital” (Marx, 1983, cap. 23). O caráter dialético do processo de reprodução e reprodução ampliada

do capital - isto é, enquanto um processo que reproduz não só o capital enquanto relação social, mas também ao próprio capitalista – é o nexos que torna possível entender tanto a construção como a decomposição do capital, que permite a compreensão de como a evolução quantitativa da acumulação de capital pode se converter em uma verdadeira transmutação³. É exatamente o que Louis Althusser⁴(1980) aponta como “entroncamento do capital”, isto é, um entrelaçamento das relações intercapitalistas, como resultado do devir da reprodução ampliada. Nesse entrelaçamento é visível a radicalização das separações características da sociedade capitalista: o capital, do capitalista (visível na configuração do capital social) e o trabalho, do trabalhador. Essas separações, embora homólogas, obviamente não produzem os mesmos efeitos para as duas classes.

Da mesma forma como o Estado é indispensável à radicalização da separação “trabalho- trabalhador”, também o é ao processo homólogo da classe capitalista.

A esse princípio, Mészáros (2002, p. 128) apresenta outra dissonância muito importante na evolução do capitalismo a qual denomina “dissonância dos capitais nacionais (suportados pelo Estado) e o capital global “desprovido de sua necessária formação de Estado”. Essa dissonância certamente se constitui em um importante aspecto da mencionada “radicalização da separação” aplicada ao capital. No momento em que a classe capitalista configura politicamente um Estado, da mesma forma como a acumulação do capital exacerba suas contradições, o Estado enquanto criação capitalista dará suporte às contradições do capital enquanto uma negação e superação de si próprio como Estado.

Tanto a superação do limite geográfico, político e estrutural do Estado, como o crescimento das empresas por processos de integração e diversificação conferiram ao gérmen das corporações, sua aparência atual. Esses processos, contudo são correlatos e expressam não mais que o efeito da acumulação capitalista em dado nível histórico e face aos mecanismos de

³ Esta é uma aplicação de uma lei da dialética denominada “transformação da quantidade em qualidade”, proposta por Engels (1991) em “A dialética da natureza”. Há no meio científico uma controvérsia sobre a validade das leis da dialética postuladas por Engels. Essa controvérsia se deve a descoberta dos “Manuscritos econômicos-filosóficos” de Marx posteriormente à publicação da obra de Engels, invalidando algumas bases da transposição das leis da dialética da natureza para as ciências sociais. Neste caso, não se procura aqui validar a obra de Engels como um todo e sim demonstrar como um aspecto da realidade pensada (o processo de acumulação de capital, no caso) é expressa através de uma relação dialética.

⁴ Essa proposição encontra-se na análise do processo de reprodução ampliada na obra “Ler o Capital”

controle político já adquiridos pelo capital.

No que tange ao espraiamento do sistema de capital sobre o mundo, consolidado mais atualmente nas grandes corporações e suas implicações evidentes sobre os diversos países envolvidos, Arrighi fornece algumas reflexões importantes, como partida: a partir de uma “diferença qualitativa” no processo de gestão e reprodução do capital, é possível estabelecer o início do “ciclo sistêmico de acumulação norte-americano. Essa característica, entretanto, a que Arrighi, a partir de Coase (1937), denomina “internalização dos custos de transação”, não é, ao menos do ponto de vista de ocorrência histórica, originalidade norte-americana.

Arrighi (1996) não sequer uma única vez cita a obra de Lênin “Imperialismo, fase superior do capitalismo”, o que merece uma certa crítica visto que ao mesmo tempo em que o processo de “internalização dos custos de transação” se fazia presente nos Estados Unidos, como aponta Arrighi, ocorria também em outros países europeus como Alemanha, por exemplo⁵.

Existe ainda um outro aspecto do problema ao qual Arrighi negligenciou: as decisões sobre integração produtiva expressam também uma estrutura do mercado financeiro e acionário, e não somente uma revolução na estrutura das empresas em si.

A ligação do capital bancário ao capital industrial é descrita por Lênin (1977) do seguinte modo:

Simultaneamente, (ao processo de concentração bancária) desenvolveu-se, por assim dizer, a união pessoal dos bancos com as maiores empresas industriais e comerciais, a fusão de uma com as outras mediante a posse de ações, mediante a participação dos directores dos bancos nos conselhos de supervisão (ou de administração) das empresas industriais e comerciais, e vice-versa.(p. 606)

Lênin (1977) comprova que o sistema de ações e participações permite ao capital

⁵ Muito embora Lênin admita que o processo era mais veloz nos Estados Unidos, não é possível inferir que lhe tenha sido uma originalidade.

controlar com a mesma quantia um número muito maior de empresas. (p. 611 – 612)

Essa política, do ponto de vista da organização da produção se traduz em um processo de integração e diversificação, o que nada mais é do que formas específicas da concentração e centralização do capital. Daí se depreende que a “internalização dos custos de transação” é um expediente historicamente definido do capitalismo para dado grau de acumulação capitalista, assim como que o surgimento do capital financeiro - segundo a interpretação de Lênin (1977) – é a marca específica desse processo, ao invés de uma mudança de potência hegemônica mundial em si. Também não é possível inferir que uma revolução no sistema de organização da produção capitalista possa ser, por si própria, o arauto de uma nova era do capitalismo. Muito embora transformações nas classes dominantes reconfigurem tanto os Estados como as formas específicas de gestão do capital e, conseqüentemente, aparências e sensibilidades de pontos específicos das lutas de classe vigentes.

A respeito da relação entre Capital e Estado, Dreifuss (2004), propõe que o papel preponderantemente desenvolvido pelo que conceituou de “corporações estratégicas transnacionais”, cuja característica básica é a de estar orientada para a produção de “matrizes científicas e eixos tecnológicos”, pode ser expresso por:

A condição básica para a manutenção desses agentes (grandes corporações, novas empresas e universidade e centros de pesquisa) é o suporte que recebem dos gestores locais e regionais, além dos benefícios advindos dos macrodesenhos de estados nacionais e governos[...]" (DREIFUSS, 2004, p. 83)

Que o Estado sirva como um suporte ao avanço técnico o qual se traduz como aumento de poder econômico das grandes corporações em nada interfere que esse tipo de evolução científico-produtiva seja tão somente uma forma específica de acumulação derivada da luta intercapitalista. A utilização de “consórcios de capital” como mecanismo de avanço técnico do sistema produtivo ou da gestão do capital nada tem da originalidade a qual Dreifuss (2004) procura imputar ao processo de desenvolvimento das corporações seus vínculos com os Estados. Nesse sentido, a união do capital bancário com o industrial é que havia sido realmente determinante.

É compreensível que dispendo de milhares de milhões, os grandes bancos podem também apressar o progresso técnico utilizando meios incomparavelmente superiores aos anteriores. Os bancos criam, por exemplo, sociedades especiais de investigação técnica, de cujos resultados só aproveitam, naturalmente, as empresas industriais “amigas”. Entre elas figuram a Sociedade para o Estudo do Problema dos Caminhos-de-Ferro Electricos, o Gabinete Central de Investigações Científicas e Técnicas, etc. (LÊNIN, 1977, p. 608 – 609)

Partindo-se então de uma constatação tão evidente quanto enganosa de que o espaço geográfico de atuação das corporações é maior que o dos Estados nacionais, a partir da década de 1970 os debates sobre o processo de mundialização produtiva e desregulamentação das finanças começou a ganhar corpo através de diversas matrizes teóricas. As teorias sobre o imperialismo foram reavivadas com algumas modificações. O mesmo ocorreu com as teorias da dependência (tanto cepalinas como marxistas), além de diversos desenvolvimentos neoclássicos sobre comércio internacional e, “versões liberais do imperialismo”. As relações entre o espaço e o capital, ou ainda uma abordagem geográfica do (sub)desenvolvimento econômico começou a se desenvolver a partir da década de 50⁶. Essas diversas matrizes teóricas tem em comum, apesar das inúmeras divergências, o estudo da interação entre efeitos sociais, políticos e espaciais referentes ao processo de industrialização.

O desenvolvimento dessas últimas abordagens teóricas deu sustentação também às investigações sobre questões de eficiência e competitividade, com forte apelo ao papel das instituições e da importância do desenvolvimento tecnológico.⁷

Dreifuss (2004), destacando o que denomina de “tecnobergs” descreve a integração das economias centrais nos anos 80 da seguinte maneira:

[...] traduzida em macromercados regionais e continentais, em cadeias regionais de produção e em outras formas de interação, com o condicionamento inicial de

⁶ Bela BALLASSA: 1964; R. VERNON: 1966, 1973; Jean P. GAUDEMAR: 1976, Hollis B. CHENERY: 1955, 1960; Paul A. BARAN: 1952; Ragnar NURSKE: 1953, 1957, 1959; W. W. ROSTOW: 1956, 1959; Alain LIPIETZ: comentado neste trabalho.

⁷ Pode-se citar a, a título de exemplo Sachs-Werner, Garelli-Guertechin e Michael Porter (The competitive advantage of nations: 1990)

diversos países como plataformas de produção que realizam operações produtivas de terceirização e quarteirização. Na década de 80 consolida-se a primeira geração de corporações orientadas e referenciadas por conhecimento, portadoras de saberes pioneiros que potencializam sua atuação, ao invés de primar pelo produto ou por linhagens de produtos.

Nesse contexto Dreifuss (2004) destaca que o Estados nacionais, especialmente os centrais, “continua como ator central, buscando responder a supostos interesse nacionais e à preservação da soberania” (p. 91-92) Desta forma, a relação do grande capital, na forma de corporações, e o Estado nacional subsiste no aspecto do “controle socioeconômico e político de criação científica”.

Uma dificuldade latente ao estudar os Estados nacionais e as corporações está precisamente na sua conceitualização e categorização, sem a qual a discussão se reporta contraditória e de resultados indefinidos. É lógico e inegável que os Estado são diferentes entre si, logo não seria de se supor que as relações destes com as corporações e com o capital em geral fossem idênticas. Da mesma forma, a definição de corporação também é problemática. Em geral ela parece estar associada a uma atuação em princípio global, algo como “relações de produção mundial”. Essa associação, por sua vez, traz o problema de distinguir se uma corporação transnacional tem, em princípio, uma base nacional. A resolução deste dilema está muito vinculada com a configuração do Estado nacional em sua relação específica com o capital nacional, o qual, a seu turno, é uma categoria controversa. Uma segunda questão é a diferenciação entre o fato de uma empresa possuir filiais em vários países e valer-se de uma estratégia de gestão e controle do capital realmente mundial. Não é difícil perceber que há uma grande diferença entre valer-se do mercado mundial como destino da atividade produtiva, e constituir a atividade capitalista, do ponto de vista do capital individual, (outra categoria problemática) pressupondo o mercado mundial.

Procurando resolver essa controvérsia, François Chesnais propõe voltar a atenção ao

capital enquanto categoria econômica fundamental:

O capital define-se como um valor, cujo objetivo é a auto-valorização, a obtenção de lucro, em condições nas quais o ramo industrial, bem como a localização geográfica do comprometimento do capital têm, em última análise, caráter contingente. Nessa condições um dos atributos ideais do capital, que é também, mais do que nunca, um dos objetivos concretos colocados pelos grupos, é a mobilidade, a recusa a se prender a determinadas modalidades de comprometimento setorial ou geográfico. (CHESNAIS: 1996, p. 81)

Nesse trabalho, a concepção, tanto de corporação como de capital vai além do exposto por Chesnais. O capital pode se manifestar sob a forma material de um valor, mas há nisso uma certa confusão metodológica. Tanto o capital, como também o valor, são relações sociais: a forma material é somente um nexos para essas relações.

A corporação é entendida como uma abstração que contém em si diversas determinações mais concretas e menores. Pode-se conduzir a investigação da seguinte maneira: a corporação, a primeira vista parece um todo completo e único, mas adentrando seu interior, percebe-se que ela é formada por trabalhadores, insumos, produtos, supondo venda em um mercado formado por diversos países (aqui uma categoria especial de mercado). Essa empresa por sua vez tem relações com o Estado, algumas harmônicas, outras antagônicas. De qualquer maneira, indubitavelmente, essas relações foram configuradas sob o pano de fundo da própria configuração da política internacional. Têm também as corporações frações de seu capital negociadas em bolsas de valores, o que as vincula irremediavelmente ao capital financeiro. Essa condição parece necessária e contingente, mas não é suficiente a uma corporação. Formações de capital existem que, possuindo suas frações negociadas no mercado financeiro, não constituem o que se pode chamar de corporação.

Em face disso parece que a diferença específica das corporações para uma “grande empresa” é justamente sua posição ativa na política internacional, seja ou não, mediada pelo Estado.

Como será demonstrado no decorrer do trabalho, nas relações entre o Estado nacional e o capital, as faculdades do capital se projetam sobre o Estado, assim como as faculdades do Estado se projetam sobre o capital.

O capital veio ao mundo como nacional, supondo, entretanto, o mercado mundial. O seu contínuo processo de reprodução representa a síntese da degradação do capital. É justamente por se tratar de uma síntese que não é possível determinar, *a priori*, seu fim. É, entretanto, possível e necessário, estudar os mecanismos através dos quais o sistema capitalista como um todo se converte em um sistema de controle e dominação em nível mundial e demonstra fenômenos e manifestações extremamente determinados geograficamente, cuja manifestação objetiva se apresenta na divisão internacional do trabalho.

A produção capitalista mundialmente hierarquizada e espacializada não divide de maneira equânime seus frutos. Em que pesem os graves problemas sociais atualmente existentes no mundo desenvolvido⁸, a periferia é claramente prejudicada na divisão do produto social mundial⁹. Ao passo que o desemprego avança na periferia em escala aritmética, seguem em crescimento geométrico a deterioração das condições de trabalho, tal como das condições sociais, com cuja degradação os compromissos oriundos das dívidas externas da periferia se revelam um verdadeiro adjutório.

O desenvolvimento do mercado interno e o fortalecimento das funções sociais do Estado parecem ser, ao menos teoricamente, uma forma de combate aos “efeitos sociais danosos do capital”, em especial para as áreas periféricas.

A capacidade de lidar com os efeitos decorrentes das contradições do capital é uma questão própria de cada Estado. É evidente que o capital se mostra mais nocivo em algumas áreas do que em outras. Uma explicação superficial para isso é que existam Estados fortes, que podem portanto, combater os “defeitos e malesas” do capital, enquanto que outros países fracos e dependentes não o podem. A superficialidade dessa interpretação tem a virtude de, ao menos, despertar categorias importantes, como a questão da dependência e acumulação

⁸ A decomposição da social-democracia e o desemprego excessivo na Europa, a pobreza e violência criminal e social nos Estados Unidos são exemplos que podem ilustrar o ano de 2005, por exemplo.

⁹ A literatura que corrobora essa assertiva é extensa. É possível citar, em geral, todos os teóricos da dependência. As divergências entre esses costuma se encontrar quanto à determinação da causa da dependência, ou quanto à viabilidade de solução. Vale mencionar o trabalho de Ruy Mauro Marini, “A dialética da dependência” 2000, o qual será comentado nos capítulos seguintes.

primitiva.

Uma reformulação do corpo básico das teorias da dependência, à luz das contradições do capital, apontam para as categorias de centro e periferia, bem como para o processo de transferências de contradições, ou, para usar termo mais contemporâneo, externalidades.

De volta a um questionamento superficial, a investigação recairia, sobre uma suposta “predisposição” do capital a ser mais “nocivo” aos países fracos. A pergunta, no entanto, não passa de uma afirmação: as condições de acumulação são dadas no centro e não na periferia.

Nesse ponto, e somente nesse ponto, a política externa pode ser introduzida. É evidente que ela já estava presente desde o princípio, mas é somente a partir do processo de decomposição da realidade visível pelo pensamento até as categorias e elementos menores que ela pode tomar corpo enquanto existência concreta e pensada, em sua dimensão de síntese e não em mero agrupamento de determinações caóticas.

Com esta digressão, espera-se elucidar a questão levantada por Chesnais (1996) sobre o comportamento do capital a respeito do espaço a das nações; destacando o objeto principal deste capítulo.

Chesnais (1996), um pouco mais adiante, chega a um ponto importante, sem contudo estabelecer a *differentia specifica* das corporações:

A participação no capital e na gestão de uma empresa e na repartição de seus resultados financeiros, sem “subscrição de capital”, que é a característica fundamental das “novas formas”, é mais uma expressão dessa capacidade que o capital concentrado possui, de crescer alimentado-se de um componente rentista (CHESNAIS: 1996, p. 82)

Tem sido comum na teoria econômica histórica a percepção sobre a evolução das finanças como “marca característica de uma fase especial do ciclo” ou “elemento de diagnóstico”. A expansão financeira tem basicamente significados semelhantes. Kondratieff,

Schumpeter¹⁰, Mitchell¹¹, Eastey¹², Braudel, Arrighi (1996)¹³, dentre uma lista bem mais extensa, postulam a expansão financeira como reflexo de uma crise, de uma mudança estrutural do sistema.

De fato essas idéias estão associadas, mas a assunção prévia da existência dos ciclos, abstrai-os de seus condicionantes primários. A idéia de Arrighi (1996) sobre a expansão financeira, se baseia no princípio de que ela marca a maturidade de um ciclo sistêmico, e, após maturidade, a tendência é o declínio.

O declínio, porém, decorre de uma crise, que muito embora Arrighi(1996) procure diferenciar e opor à idéia marxista de crise de superprodução, não é muito diverso disso.

A expansão financeira não é apenas um sintoma que antecede o fim de um ciclo sistêmico. É, sim, um resultado das condições que geraram a crise. Portanto a noção de ciclo sistêmico é uma construção primordialmente descritiva, de grande valor, mas não possui utilidade teórica para a compreensão do sistema capitalista em sua lógica mais geral e fundamental.

Daí decorre a grande coerência de Arrighi (1996) - logo na introdução de seu livro “O longo século XX” - em propor a “interpretação estendida” da fórmula D-M-D’ de Marx, derivada do princípio do “ecletismo do capital” de Braudel.

O antagonismo básico do sistema capitalista é a síntese de oposições que espelham todos os elementos do próprio capital.

¹⁰ Teoria do desenvolvimento econômico(1984), Abril Cultural. São Paulo.

¹¹ Os ciclos econômicos e suas causas. (1984) Abril Cultural, São Paulo.

¹² Ciclos econômicos. (1965) Mestre Joo, São Paulo

¹³ A citação conjunta desses autores tem como função apenas chamar a atenção à importância que o fenômeno “expansão financeira” possui dentro do estudo dos ciclos políticos-econômicos. As diferenças quanto a outras causas e feitos dos ciclos e mesmo quanto aos seus períodos diverge bastante. Arrighi (1996) no seu capítulo introdutório deixa claro que sua concepção de ciclo sistêmico não se confunde com os Kondratieff por exemplo.

A radicalização da separação entre produção e consumo reflete, por um lado o movimento incessante de acumulação de capital. De forma bastante simples: a acumulação é visível nos processos de concentração e centralização do capital. Esses processos ocorrem basicamente mediante a concorrência intercapitalista, muito embora, nada impeça que historicamente essa evolução leve precisamente à negação da própria concorrência.

Os processos de concentração e centralização do capital, entretanto, são tão somente a forma pela qual o fenômeno ocorre. Toda forma é um resultado construído, moldado, por um elemento que lhe é alheio: o conteúdo da contradição básica do capitalismo em relação ao capital é simplesmente sua acumulação. Que haja acumulação tanto absoluta como relativa, a concentração ou a centralização são possibilidades lógicas e necessárias.

Em relação ao elemento material do sistema, o trabalho, a contradição básica se manifesta na exclusão de uma parcela crescente de pessoas do funcionamento do sistema. Novamente essa descrição refere-se à forma. O conteúdo ou essência deste processo está na cisão, social e objetivamente constituída entre o homem e sua força de trabalho. Sem esta cisão a forma capitalista de apropriação de trabalho vivo não seria possível.

Dentro da sociedade capitalista somente a força de trabalho pode ser alienada, excluída e descartada, jamais o homem que a possui¹⁴. Mas o próprio ato de trazer ao mundo a força de trabalho com a propriedade fetichizada de autonomia e vida própria, já significa previamente a exclusão do homem. A categoria de totalidade se expressa nessa contradição, ao permanecer continuamente viva e vivificante no antagonismo sempre presente em todas as determinações menores que a compõe: essa contradição se manifesta tanto no mundo vivo, como no mundo das coisas, mas adquire sua totalidade dinâmica no mundo das coisas vivas.

É importante ressaltar que a radicalidade dessa contradição esteve sempre presente, desde o início dos tempos capitalistas, pois não reside na história, não é achado no tempo, faz sim, parte da própria lógica dos elementos constituintes da ordem capitalista e, por isso, não pode ser alcançada pela observação, mas somente pelo pensamento. Ao mesmo tempo em que o capitalismo evoluía e levava adiante consigo seu paradoxo, engendrava ele próprio formas de relativizar os aspectos absolutos de sua contradição.

¹⁴ Não é, ao menos, uma necessidade, para o Capitalismo, ocupar-se do destino do homem, enquanto homem.

A criação desses mecanismos, entretanto, não se deve à natureza do capital, mas às condições próprias da vida humana.

Independentemente das formas que existiram de acomodação, é fato que geralmente elas parecem não servir mais de uma vez ao mesmo propósito, daí a atualidade sempre presente que justifica o estudo sobre as contradições do sistema de capital.

A agressividade com que a contradição se manifestará em cada época, depende precisamente da capacidade da sociedade capitalista de buscar, encontrar e dominar os meios de acomodação. Parece entretanto, que cada vez mais esse meios são encontrados com mais dificuldade e mediante um preço cada vez maior. Daí a validade da afirmação de Mészáros (2002)

Assim, deve-se admitir *na prática*, em interesse da própria ordem estabelecida, que o papel do trabalhador-cliente-consumidor tem importância muito maior no século XX do que na era vitoriana [...](Mészáros: 2002, p. 108)

A tese central da obra “Para além do capital” de István Mészáros é a “taxa de utilização decrescente do valor de uso das coisas”. O capital se ocupa exclusivamente do valor de troca das coisas, mas de um modo que subordina o valor de uso. Mas de qualquer maneira, seja pela redução do valor de uso ou seja pelo fato de a mercadoria ser realizada para jamais ser utilizada, para o capital a função expansionista e reprodutiva já está assegurada. Essa lógica é visível em dois fatos da realidade hoje: a diminuição da vida útil das mercadorias e o aumento da agilidade no processo reprodutivo. O pilar que sustenta o capital é o trabalho enquanto entidade dependente do capital.

O “sociometabolismo do sistema de capital”(MÉSZÁROS, 2002), no atual estágio de desenvolvimento capitalista se mostra incontrolável pelas seguintes razões:

- 1) Produção e controle são opostos;
- 2) Produção e consumo adquirem independência relativa;
- 3) A força de trabalho total encontra-se praticamente toda alienada ao capital global.

Esse sistema é o mais totalizante dos meios de controle dos seres humanos, e o faz pela ferramenta da “viabilidade produtiva”

O capitalismo aprofunda cada vez mais a diferença entre a produção necessária e a produção para reprodução. Esse é um fato decorrente do processo de acumulação capitalista, cujo efeito imediato é o acirramento da concorrência intercapitalista, refletido na centralização e concentração do capital, que conforme aponta Mézáros (2002) tem como consequência a precarização da força de trabalho humana e a destruição do ambiente natural. É o que o autor denomina de “lógica societal da produção de mercadorias”. A conclusão disso é que em caso de crise estrutural as forças mais nocivas do capital soçobram ainda mais enérgicas e incontroláveis.

Admitindo que as crises capitalistas decorram primordialmente de superprodução, o processo anteriormente descrito coloca o sistema em uma crise permanente. A partir disso as discussões sobre os mecanismos de controle do capital vêm a tona, renovadas, donde se insere o debate sobre o papel regulador do Estado e os conflitos com as grandes corporações.

Se parece absurdamente crédulo e superficial que os Estados existem exclusivamente para cumprir os preceitos benevolentes e humanitários declarados pela quase totalidade das constituições políticas nacionais, também parece igualmente simplista definir o Estado como “comitê gestor dos negócios da burguesia”

Sem executar julgamentos prévios, deve-se observar a realidade a fim de encontrar a determinação primeira que anima o fenômeno estudado.

Basicamente seria possível distinguir três categorias¹⁵: a sociedade civil, os Estados e o capital. O estudo das relações da sociedade civil com o Estado é importante, mas foge dos propósitos deste trabalho.

Para atingir os objetivos propostos é necessário desvelar a lógica da relação do capital com a sociedade e com o Estado; a síntese desse dois movimentos revelará, como será demonstrado, a natureza das contradições.

A evolução do processo de acumulação de capital com todos os seus componentes conflituosos e antagônicos imputa a sociedade uma série de abusos por parte do capital. Esses abusos são em geral permeados por uma visão de curtíssimo prazo e a lógica da viabilidade produtiva. Como aponta Mézáros (2002) a preocupação mais recente apareceu com os ambientalistas procurando inverter tendências perigosas. Não obstante a penetração crescente dos partidos verdes nos parlamentos dos principais países capitalistas “o sistema de capital se mostrou impermeável à reforma até mesmo em seu aspecto mais destrutivo”(p. 95).

No passado, segundo o autor, o capital, ainda em fase de auto-expansão, teve condições de atender algumas reivindicações dos socialistas, agora:

quando a auto-expansão produtiva já não é mais o meio prontamente disponível de fugir das dificuldades e contradições que se acumulam[...] o sistema de capital é *obrigado a* frustrar todas as tentativas de interferência, até mesmo as mais reduzidas, em seus parâmetros estruturais (MÉSZÁROS:2002, p. 95)

Esse processo de sujeição se faz tanto no campo social como político.

O quadro político neoliberal por exemplo, corroborado com a programação por microcomputadores, permitiu às corporações tanto remodelar seus planos de internacionalização como também suas relações com o trabalho, principalmente no setor industrial.(CHESNAIS, 1996)

¹⁵ Essa categorias em si já expressam um produto do pensamento. Trata-se, entretanto, de um reconhecimento muito simples e realizado mais por analogia que abstração, razão pela qual não será demonstrado.

Fica, portanto, claro a importância de encontrar os meios de acomodação adequados para o sistema. Essa adequação, sem uma razoável medida de controle, se mostra problemática, como evidencia Mészáros na passagem seguinte:

[...] para poder funcionar como um modo totalizador de controle sociometabólico, o sistema de capital deve ter sua estrutura de comando historicamente singular e adequada para suas importantes funções. (MÉSZÁROS: 2002, p. 98)

Quando os meios de acomodação ou controle são produtos do próprio capital, sua força é incontestável.

Cada passo dado na introdução da automatização contemporânea, baseada nos microprocessadores, foi uma oportunidade para destruir as formas anteriores de relações contratuais, e também os meios inventados pelos operários, com base em técnicas de produção estabilizada, para resistir à exploração no local de trabalho.(CHESNAIS, 1996, p.35)

De fato, complementando a idéia de “remodelagem dos planos de internacionalização” aos quais Chesnais (1996) se refere, Dreifuss (2004) acrescenta:

Partindo de diversas áreas de atividade , as corporações buscam a convergência (financeira, política, tecnológica, comercial), tendo como suporte material a Internet, onde se procura a determinação de padrões numa *sociedade de informação* que está em mutação para um *múltiplo sistema de conhecimento*. O conhecimento do “acontecer do mundo”, a disseminação dos fatos, costumes e padrões de comportamento e percepções que é reforçada, ainda, pela atuação dos serviços eletrônicos de notícias num mercado que, já em 1995, movimentava US\$ 3,5 bilhões. (DREIFUSS: 2004, p. 108)

Neste momento, para fins práticos, a evolução técnica pode ser classificada pura e simplesmente como capital. Que uma empresa utilize de tecnologia já desenvolvida ou a desenvolva, nada mais faz do que aumentar o numerandos da fração cc/cv (capital constante em relação a capital variável)

Robert Kuttner, argumenta que o movimento de globalização atual é engendrado preponderantemente pelas grandes empresas mundiais, através da concentração de suas atividades. Desta forma:

Enquanto seu poder econômico cresce, também cresce seu poder político e intelectual, à custa de Estados-nação que antigamente equilibravam seu poder econômico privado com os objetivos públicos e políticas de estabilização nacional. (KUTTNER: 2004, p.211)

A análise de Kuttner, embora factual, tem problemas teóricos importantes, pois não é capaz de distinguir a diferença entre Estados, relegando a eles um papel excessivamente residual: “Assim, o papel que sobra para o governo deve ser principalmente apoiar a *laissez-faire*” (p. 215)

O autor parece partir de um momento histórico ideal no qual existiria uma relação de equilíbrio entre o Estado e o capital, que não obstante fossem antagônicos, o equilíbrio perdurou por quase dois séculos. Kuttner adquire um postura completamente evasiva e omissa sobre a relação sistêmica entre Estado e capital. Demonstrando insuficiência teórica no tratamento do Estado nacional, Kuttner, simplesmente supõe que alguns países têm poder sobre os outros, no caso o terceiro mundo, sem explicitar a natureza desta hierarquia.

Ao analisar longamente os ajustes promovidos pelos países de primeiro mundo em matéria de liberalização financeira e comércio exterior, destaca, para tanto, a crise financeira asiática de 1997 e a decorrente exigência de maior transparência das informações financeiras nos países do terceiro mundo e as medidas de “refinamento das convenções” da Basileia.

Indubitavelmente, diversos autores citados: Arrighi, Kuttner, Chesnais, Dreifuss e Mészáros, concordam que na atualidade o capital extenda sua influência sobre o Estado, enquanto e por meio de uma expansão das finanças.

Os autores divergem entre a existência de ciclos sistêmicos, definição e precisão do tipo de capital envolvido (financeiro, fictício, corporações estratégicas com apelo tecnológico e ativos intangíveis, corporações em geral, transnacionais etc.)

No caso específico das corporações, está claro que, não obstante ocorram atritos com um determinado Estado nacional que as tenha por sede ou com elas mantenha alguma aliança, há também bastante colaboração, principalmente na condição de verdadeiros abusos de poder a outros países, por parte dessas corporações. Não é por acaso que a explosão das finanças na década de 70 e 80 foi acompanhada de uma profunda política de privatizações na América Latina. Sem compreender ainda o verdadeiro elemento que fortalece a união de um Estado nação com uma corporação não se conseguirá escapar de definir *a priori* Estado forte e Estado fraco e nem definir a constante e enigmática relação entre Estados e corporações aliadas.

As corporações e os Estados nacionais, são entidades fundamentais à acumulação de capital em escala mundial, dada sua participação efetiva no processo de globalização. Aqui é importante ressaltar que apesar da universalidade desse processo, de forma alguma se deve tomá-lo como produto do capital e do estado em geral. Ao contrário, esse processo é acima de tudo hierarquizado e excludente. O capital e o Estado nacional aqui mencionados pertencem a um tipo muito específico: o capital das grandes corporações e os Estados nacionais centrais. Dreifuss (2004, p. 29), demonstrando bastante consciência desta característica, afirma que o processo de globalização é comandado diretamente por cerca de 38 mil empresas e 35 Estados nacionais. Ele assinala ainda que existe uma ligação estreita entre essas corporações e os Estados nacionais, que servem como pivô político-estratégico ao processo: “Que ninguém tenha dúvida: o governo norte-americano trabalha junto com as corporações que têm origem e matriz nos Estados Unidos.”(p. 29)

Embora guarde bastante concordância com a realidade, a visão de Dreifuss pouco diz sobre as relações entre o capital e o Estado dentro deste seleto grupo.

Atualmente, tem sido alvo de constantes debates, principalmente entre os estudiosos partidários das teorias relativas ao “ciclos sistêmicos de acumulação”, a questão sobre a decadência da potência norte-americana e uma possível ascensão da China.

Embora não seja objeto deste trabalho, o rudimentar esboço teórico desenvolvido é capaz de prestar alguns esclarecimentos.

Muito embora à China possa ser atribuída a responsabilidade pela dificuldade no mercado interno e externo com as quais diversas grandes indústrias norte-americanas se defrontam, a China serve a uma parte da necessidade das classe capitalistas de todo o mundo: a acomodação da contradição da acumulação em nível produtivo. A China produz e fornece ao centro capitalista artigos de baixo e médio nível de industrialização a preços irrisórios (a custas de mão de obra semi-escrava), diminuindo tanto o custo de reprodução da força de trabalho no centro como empurrando para baixo os níveis salariais das classes produtivas nacionais.

Além disso, a China, pelo próprio perfil de sua produção industrial, serve ao que Mézarós (2002) denominou “diminuição do tempo de vida das mercadorias”, o que contribui favoravelmente à redução das crises de superprodução, as quais cuja ocorrência, prejudicaria, em primeiro lugar, a própria China.

Na eventualidade de uma crise de superprodução, a China passaria por sérias dificuldades, visto que seu sistema financeiro e bancário possui níveis baixíssimos de liquidez e encaixes compulsórios¹⁶.

Por outro lado, os problemas sociais advindos desse cenário de competitividade industrial mundial obviamente são preocupantes nos Estados Unidos e na Europa. Sem que tal fato mereça análise mais detalhada, os anos de 2005 e 2006 fornecem exemplos da grave crise social que se instaura nessa regiões¹⁷.

Nesse contexto, há que se perguntar sobre o estado da harmonia entre esses Estados nacionais e as corporações. A visão de Dreifuss, embora não de forma explícita e talvez nem mesmo intencional, acaba por induzir a imaginação de um condomínio conspiratório pela globalização e pelas diretrizes gerais pró-capital em escala mundial. Condomínio esse dos Estados nacionais centrais, dentre os quais as corporações devem e elegem, e elegem, um para

¹⁶ O setor bancário chinês é dominado por quatro bancos estatais, com níveis de reservas que numa economia de mercado os qualificariam como tecnicamente falidos. Além disso, as atuais pressões sobre o sistema cambial visando à maior liberdade no que tange à flutuações e movimentos de capitais obrigaria o país à taxas de juros relativamente altas afim de evitar bancarota. Para maiores detalhes sobre o setor bancário chinês, consultar os dados do Banco Central da China e da Comissão reguladora da Atividade Bancária.

¹⁷ As cenas da população flagelada por calamidades naturais nos Estado Unidos lembram, com razão a miséria de muitos países periféricos, enquanto que as agitações sociais – principalmente na França e na Alemanha – destacam a frágil possibilidade de inclusão social de sua população jovem.

se associar e tomar parte do processo.

Por globalização deve-se entender primeiramente um processo evolutivo do capital que se manifesta em esferas produtivas, comerciais e financeiras. Estas esferas, cuja concomitância pode lhes ser potencializadora, não são três faces de um mesmo processo: o da globalização, embora o sejam do capital, em seu processo de expansão e transferência de contradições em escala mundial.

Por esta razão, Mézáros (2002), afirma que :

[...] os limites externos em que se pode reconstituir e administrar, dessa maneira singular, a correlação problemática entre produção e consumo na base fragmentada da ordem sociometabólica do capital são determinados pela extensão que o Estado moderno pode eficazmente contribuir para a necessidade irresistível de expansão e acumulação do capital, em vez de tornar-se para ele um peso materialmente insustentável (p. 110-111)

Tudo se passa como se o Estado fosse incumbido de apropriar-se e resolver os efeitos “colaterais” da acumulação do capital. Enquanto que nesse contexto, também para intermediar os conflitos entre o aspecto trabalhador e o consumidor dos homens, o Estado assume ele próprio a função de consumidor de forma cada vez mais pronunciada.

O Estado em seu papel de consumidor maneja seus recursos para áreas sociais, que embora necessária e saudável à reprodução do capital, dificilmente o capital por si próprio faria. Mas também um montante vultoso de recursos do Estado se destina ao aparato institucional e de infra-estrutura produtiva e militar.

De fato a partir dos anos setentas, como comprovam os dados sobre volume de investimentos externos diretos e de câmbio da OCDE e de diversos países, a economia do sistema capitalista primou-se pelas atividades de capital fictício, o que diversos autores denominaram “financeirização”. Fica também claro que nesse processo, a crise da dívida na década de oitenta, potencializou o processo ao qual Marx denominou “alienação do Estado”, impondo definitivamente sobre a economia produtiva, a lógica rentista – materializada

principalmente nos “acordos secretos” e manuais de estabilização do Fundo Monetário Internacional.

Nesse sentido, o mais eficaz mecanismo de controle e, ao mesmo tempo, de incontornabilidade, do sociometabolismo do capital, como postulou Mészáros, i. e. a “lógica da viabilidade” se estabeleceu ainda mais implacável.

A financeirização entretanto, ao contrário do que propõe Arrighi, não constitui tão somente um mecanismo cíclico, tampouco é decorrência exclusiva de um sistema de hegemonia norte-americana que implique o caráter rentista dessa hegemonia. Se assim o fosse, Arrighi estaria certo quanto a seu caráter cíclico. Mas ao contrário, a existência de hegemonia é fruto da lógica capitalista, assim como a hegemonia norte-americana é criação de uma aplicação historicamente definida desta lógica, que está mais explícita na ação das anteriores hegemonias que propriamente nos atos da atual.

Se a hegemonia é fruto do sistema, o sistema mundial pressupõe tanto interesses comuns como conflitos entre as classes capitalistas e os Estados, daí, a ascensão de uma “potência hegemônica”.

Sem prejuízo dos processos parciais de expansão financeira, existe um processo geral, cujo movimento é dado pela lógica do sistema capitalista: o da acumulação e acomodação de suas contradições internas.

A fase atual do sistema capitalista utiliza como forma de acomodação do antagonismo “produção e consumo” as seguintes medidas: expansão e dependência financeira, controle opressivo militar do mundo, exclusão cada vez mais generalizada de áreas do planeta de qualquer rota do capital, projeção da exclusão de um contingente cada vez maior de trabalhadores do consumo mediante super exploração da força de trabalho. Do ponto de vista geográfico a conjunção destes processos resulta na configuração do centro, da periferia e de uma zona excluída.

Estas, contudo, são soluções parciais, as quais estão inseridas na solução ou síntese geral, cuja lógica e a transposição dos elementos capital e Estado: As propriedades do capital se projetam no Estado e as do Estado se projetam no capital.

O Estado, portanto, complementa as estruturas econômicas de capital “na forma da estrutura totalizadora de comando político do capital”(MÉSZÁROS, p. 106)

CAPÍTULO III

POR UMA TEORIA MATERIALISTA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

O capítulo anterior procura demonstrar que a materialidade do Estado, no sistema capitalista, é manifesta no capital. Do mesmo modo, a materialidade do capital provém do trabalho por ele alienado, o que explicita a contingência dos mecanismos de sócio-controle.

Este capítulo tem por escopo comprovar que a objetividade do Estado em relação ao capital, quando este primeiro é especificamente considerado, se materializa na classe capitalista. É somente explicitando o caráter de classe do Estado¹⁸ que se torna possível encontrar as características fundamentais ao estudo das relações entre os Estados.

A mera observação de um Estado moderno hoje fornece uma fisionomia bastante complexa. A natureza imediatamente visível dos Estados empresta ao observador uma sensação de atemporalidade e naturalidade. A história tem nestas construções sociais a propriedade de se cristalizar na constituição de suas figuras. Como algo fixo, teórico, histórico, alienando do aspecto sensível dessa construção social sua própria historicidade.

A dificuldade de apreensão da natureza do Estado tanto pela observação como pelo raciocínio convencional¹⁹ advém da dupla natureza do Estado. O Estado possui, ao mesmo tempo, uma natureza antropológica, “natural”, e outra histórica. (DEBRAY, 1997)

É devido a essa dupla natureza que o Estado não possui, em princípio, definição própria²⁰. Ao Estado, qualquer tentativa preliminar de definição que seja formulada de modo

¹⁸ Precavendo-se especialmente com as considerações sobre generalizações e personalizações admissíveis ao capital enquanto conceito e categoria que o capítulo anterior se encarregou de fazer.

¹⁹ Basicamente indutivo e dedutivo. Esta limitação é tratada nos trechos iniciais do capítulo sobre metodologia.

²⁰ Por definição própria entende-se aquela que não necessita de outras definições, a não ser pelos elementos mais simples que a compõem. Por exemplo, a definição de água: uma molécula constituída pela união de um átomo de oxigênio e dois átomos de hidrogênio. Os conceitos de molécula, oxigênio e hidrogênio são mais simples que o de água. Ao mesmo tempo, os conceitos de oxigênio e hidrogênio prescindem de definição pois são elementos cuja definição é totalmente compatível com uma relação de correspondência na natureza (a definição é o próprio nome). O conceito de molécula é, por sua vez, dedutível através das propriedades mesmas dos átomos, no caso o hidrogênio e oxigênio, que sob certas condições, se ligam resultando água.

geral fará uso de outras entidades de mesma ou até maior complexidade e cuja natureza de sua combinação específica não seja dedutível apenas pela natureza de seus elementos componentes.

É por esta razão que a definição de Estado, neste sentido, é, ao mesmo tempo, específica, geral, convencional e descritiva. É específica porque é uma definição funcional, criada para uma finalidade analítica proposta. É geral, pois a definição se encontra consistente com a universalidade da realidade social sob certas condições, por exemplo, com a história do capitalismo. Da mesma forma, qualquer definição prévia de Estado se reporta convencional devido ao fato de corresponder a um marco analítico, cujo objetivo não é alcançar a natureza do Estado em si, mas defini-lo de forma que sua natureza possa ser alcançada. Por fim, sob este procedimento, qualquer definição de Estado é também descritiva, posto que não se faz por decomposição e sim por composição de conceitos.

Apesar destas limitações, a caracterização de Debray (1997) apresenta condições de constituir um ponto de partida. O Estado é um ser social de dupla natureza: antropológica e histórica.²¹

O tempo se apresenta como um divisor destas duas naturezas do Estado. Diz-se que uma (antropológica) é relativamente a-histórica, natural da constituição social dos homens, enquanto que a outra, é, portanto, histórica. Debray (1997), o qual fornece uma importante reflexão sobre a esfera antropológica e histórica do Estado, a partir dos conceitos de caos e morte, isto é, da desintegração espacial e da irreversibilidade do tempo, define mais claramente o componente invariante da nação através da reação humana a essa dupla degradação, razão pela qual a delimitação do espaço e do tempo²². A coerência e validade desta interpretação consistem essencialmente no fato de essa construção simbólica e cultural se confirmar em diversas nações e povos, constituindo assim um indício de que a reação

²¹ Vale ressaltar que Debray (1997) caracteriza o Estado e explicita-lhe a característica definidora da dupla natureza, sem contudo defini-lo formalmente. O prolongamento desta linha de raciocínio que pretende inicialmente constituir uma “semi-definição” é produto deste trabalho e não de Debray.

²² Debray (1997) postula que o tempo em relação à concepção invariante da nação é dominado perante a “ritualização da memória”, processo em que uma sociedade passa a ter uma origem simbólica e, simbolicamente ser libertada da caótica e incompreensível cadeia de causas e efeitos. Esse resultado é definido pelo autor como “comportamento mágico que celebra a vitória sobre a irreversibilidade do tempo.”

humana ao caos e a morte seja de fato uma categoria invariante de toda nação.²³

De Hobbes até Hegel, a figura do Estado de Natureza, representava já a base de um consenso intelectual: do Estado como fruto positivo da evolução humana, e, em Hegel como a própria objetivação da razão universal, em cuja crítica²⁴, Marx (1977) estabelece seu entendimento do Estado como um produto histórico da divisão social do trabalho e explicita seu caráter de classe.

O Estado é portanto um *constructo* social de reação ao caos e à morte cujo aspecto e natureza definitiva dados historicamente por um modo peculiar de reprodução da vida material dos seres que lhe são pertinentes, dentre os quais, classe detentora dos meios de produção lhe configura a natureza e “*modus operandi*” específicos.

Neste sentido, o desenvolvimento do poder econômico de uma nação parece estar – pela própria natureza de classes do Estado – irremediavelmente associado ao desenvolvimento de suas classes capitalistas.

Historicamente este processo se deu com a consolidação tanto do mercado de consumo em massa como de estruturas e condições de exploração do trabalho (HOBSBAUM, 1979; HEILBRONER: 1996)

É a dualidade conflitante entre o estudo do desenvolvimento das classes capitalistas e o desenvolvimento do sistema capitalista que se apresenta como a única forma de síntese à compreensão dos Estados e suas relações dentro de um sistema que é mundial.

É neste sentido que o debate entre List e Marx fornece subsídios a importantes conclusões, bem como marca uma época importante tanto no desenvolvimento teórico desses autores como no do desenvolvimento do capitalismo na Alemanha e na Europa continental.

²³ É importante destacar que o conceito de espaço de um povo, ainda que elemento constitutivo da parte invariante da categoria nação, não deve ser tomado em sentido fixo – do contrário os povos nômades seriam preliminarmente excluídos. Nesse sentido, o espaço deve ser entendido como “espaço *ad hoc*”. Esta construção é com propriedade simbolizada pela alegoria do profeta que circundado sua vara de condão em um determinado espaço, delimitando-o e definindo-o como espaço, ainda que temporariamente.

²⁴ Crítica da filosofia do direito de Hegel.

List (1983) formulou um sistema teórico econômico tendo na nação a unidade fundamental de análise, e na industrialização nacional, o núcleo do desenvolvimento e do progresso. O instrumental analítico fundamental em List é a “teoria das forças produtivas” – duramente atacada por Marx – o que destaca a importância instrumental da teoria do valor no trato teórico da nação.

Esta discussão estava, em meados do século XIX, inserida (principalmente na Alemanha) em um contexto mais amplo: o debate sobre o processo de industrialização do país, do Zollverein²⁵ e a questão do protecionismo frente a concorrência inglesa.

Marx (1976), por sua vez, vê com um certo desdém a preocupação de List (1983) com o desenvolvimento “autônomo” da classe industrial alemã:

O burguês alemão é o **Cavaleiro da triste figura**, que queria introduzir a cavalaria andante, precisamente no momento do aparecimento da polícia e do dinheiro.

Na busca da riqueza industrial, o burguês alemão encontra um obstáculo [...] o seu idealismo, do qual tem dado prova até agora. (p. 38-39)

A indignação de Marx com o atraso econômico e intelectual da Alemanha é especificamente manifesta no ano de 1845²⁶ e continuará por toda a sua vida, embora com modificações importantes.

A obra “A ideologia alemã”(MARX & ENGELS: 1977) é uma resposta completa a concepção germânica de indústria:

²⁵ União aduaneira dos Estados Alemães.

²⁶ Tanto a “Crítica da economia nacional” como a “Ideologia alemã” remontam ao ano de 1845.

Se bem que List não faça parte dos ideólogos atacados nesta crítica da filosofia alemã, do socialismo alemão e dos seus vários profetas, certas passagens de “A Ideologia alemã” mostram claramente que Marx e Engels queriam explicitar certas questões que os preocupavam na altura, entre outras as da Indústria, da concorrência, do desenvolvimento das forças produtivas, da divisão do trabalho e seus efeitos sobre o proletariado. (BROHM, Jean Marie: 1976, no prefácio que fez a “Crítica da economia nacional” de Marx)

Sobre a limitação do que denomina “teoria dos valores de troca” em relação aos trabalhos que são considerados “improdutivos” para autores como Jean-Baptiste Say²⁷ e Adam Smith, List (1983, p. 103) destaca uma importante implicação: “Mas sempre que consideramos a nação²⁸, esse modo de ver as coisas é totalmente insuficiente, levando a uma série de perspectivas estreitas e falsas” .

Este excerto demonstra uma tensão entre a teoria do valor e as teorias sobre sistemas de economia nacional. Somente com as contribuições teóricas de Karl Marx essa tensão pode ser superada : a partir de uma teoria do valor que, decompondo os elementos constitutivos do capital e, logo, iluminando a natureza do trabalho capitalista, encontre não apenas razões e valores materiais, mas, a gênese e síntese da própria relação de produção da sociedade capitalista.

É a partir destas reflexões que se torna possível apreender o Estado como um *constructo* social e histórico tipicamente capitalista e, portanto, reprodutor de um ordenamento particular de classes sociais. Desta forma, as interpretações - que como as de List - tomam como ponto de partida o Estado Nação, fazem, sob o proposto raciocínio – precisamente o caminho inverso.

²⁷ List admite que Say introduziu o conceito de “bens imateriais” , porém de forma limitada e incompleta, visto que, para Say a produção de bens imateriais só é produtiva na medida em que produz “valores de troca”. List chama a atenção ao fato de que Say não conseguiu desenvolver o conceito de “forças produtivas”

²⁸ Neste contexto: como um todo e nas suas relações internacionais.

Nesse ponto, se levanta a possibilidade do conflito teórico entre List e Marx ser tributário mais de uma divergência quanto a um ponto de partida teórico e horizonte de consideração do que positivamente à diferença de concepção quanto ao funcionamento do mundo econômico. O que não significa de forma alguma que existam consideráveis semelhanças teóricas entre os autores. O estudo deste conflito teórico é importante à investigação sobre as relações econômicas e políticas internacionais porque revela a oposição entre uma teoria do desenvolvimento histórico do capitalismo enquanto sistema material e social e o processo de desenvolvimento de uma nação em relação às outras.

Dáí deriva a importância da delimitação do que existe no sistema das nações que pode ser explicado pelo sistema capitalista e o que do sistema capitalista pode ser manifesto em um sistema histórico: o sistema das nações.

Este procedimento é referendado pelo método adotado no trabalho. Pela dialética enquanto forma de conhecimento que está aqui duplamente presente: tanto no método de desenvolvimento da idéia – visível no embate entre pensamentos²⁹, bem como na fórmula da estruturação do tempo.

A estruturação dialética do tempo confere plenitude ao materialismo histórico, tanto no que tange ao método para conhecer o fenômeno (as relações econômicas e políticas internacionais) no sistema capitalista enquanto processo histórico e logo dialético, como também enquanto fenômeno material e, portanto histórico.

O embate entre Marx e List pretende colocar em evidência o conflito “capital e espaço da nação”. O capitalismo é por excelência um sistema mundial, o qual é composto, de alguma maneira, pelas nações, as quais compõe-se, por sua vez, de classes sociais. No sistema capitalista, as classes sociais dominantes são as classes capitalistas.

²⁹ No uso combinado de diversos autores conflitantes, que é uma forma possível de representar o embate entre as razões e a síntese da razão.

A posse dos meios de produção e o seu oposto, materializa portanto, uma relação social denominada “capital”. A relação de produção no sistema de capital, produz tanto a própria produção material como o próprio capital enquanto relação social. Logo, a produção capitalista (re)produz as classes sociais que (re)produzem os Estados - através dos quais são visíveis as relações internacionais, que – por este raciocínio – são materializadas nas relações intercapitalistas em nível mundial.

O paradoxo aparente dessa teorização reafirma a tensão existente entre a universalidade do sistema capitalista e o espaço teórico e efetivo da nação. Parece incompatível que o mesmo Estado da interpretação marxista clássica – cuja função primordial é reproduzir a relação de classes vigente, em prol do capital, exerça, em relação a outros países, uma postura, por vezes, ambígua no tocante a seu mandato original.

É por isso que, do ponto de vista teórico, a grande dificuldade deste trabalho é a conciliação da explicação materialista das relações de classes e o Estado no plano interno com a interpretação de um sistema de dominação mundial: em outras palavras, a disputa interna e externa ao Estado.

A segunda³⁰, toda a estratégia política depende das condições sob às quais a reprodução de capital se realiza; ou seja, esta não poderá encontrar como obstáculo fundamental a resistência prévia e popular ao ponto de comprometer a auto-valorização do capital. Para não deixar dúvidas: isto não significa que não existam conflitos, contradição, avanços e retrocessos no processo, mas que quando se manifestam o farão sempre com um limite histórico, dado à própria sobrevivência do capitalismo. (OURIQUES:2001, p. 31)

É, portanto, no sentido em que se define as disputas intercapitalistas internacionais como condições dadas à reprodução sistêmica do capital, que a disputa interna de classes passa a ter espaço teórico definido em um sistema que não obstante tenha como princípio motor a luta de classes, reconhece e suporta o Estado nacional como uma importante materialização.

³⁰ Neste contexto: questão importante sobre a disputa no interior do Estado.

Finalmente, a partir deste ponto: a tensão entre o sistema mundial e uma base nacional de acumulação capitalista suportada pela figura do Estado na qual o poder do embate teórico passa efetivamente a representar uma forma de denunciar a contradição lógica presente na incongruência da conciliação teórica do capitalismo e da nação enquanto sistemas. Por isso, List, ao contrário de Marx, tem uma teoria do desenvolvimento econômico da nação.

Toda a crítica feita à “teoria do sistema nacional” de List (1983) se justifica pelo fato de Marx (1976) não haver, de fato, a preocupação com o desenvolvimento da classe capitalista nacional. Ao contrário, toda a contribuição de Marx sobre o comércio exterior³¹, que naquele momento era uma questão fundamental ao progresso da infante indústria alemã, por exemplo, diz respeito ao desenvolvimento do capitalismo em uma nação e não da posição dessa nação dentro do sistema capitalista³².

A dificuldade prática deste princípio é explicada por Marx (1976) no trecho seguinte:

“[...] a concorrência que lhe dá força no interior não pode deixar de causar a sua impotência no exterior, que o Estado o submete no quadro da sociedade burguesa não o pode proteger fora da acção da sociedade burguesa” (p. 75)

Resolvendo teoricamente a relação entre classes, Estados, categorias econômicas e políticas, Marx (1976) deixa claro que a nacionalidade burguesa não é a mesma do proletário. Se isso se constitui, em primeira instância, em uma negação da ação das categorias políticas sobre as econômicas no plano interno, por outro lado, na própria definição do que seja “plano interno”, a interação entre essas categorias se materializa:

³¹ Dentre diversos escritos, pode-se citar como relacionados a esta posição quanto ao comércio exterior: MARX, Karl. **New-York Daily Tribune**, Nova Iorque, 25 de junho de 1853, p. 5.; MARX, Karl. **New-York Daily Tribune**, Nova Iorque, 5 de março de 1852, p. 7; MARX, Karl. **Chicago Tribune**, Chicago, 5 de março de 1852, p. 7; Marx, Karl; Porter, Thomas W.; H.. **An interview with Karl Marx in 1879**: first published in the Chicago tribune, January 5, 1879 *New York*: American Institute for Marxist Studies, 1972 e Karl Marx – Friedrich Engels: Werke. V. 6. Berlin: Dietz Verlag: 1959. p. 182-196. Há ainda a seguinte passagem em Marx (22/jan/1849) no artigo Montesquieu LVI em Neue Rheinische Zeitung, em que Marx deixa claro o processo de submissão do aparelho legislativo do Estado à burguesia, destacando a forma como essa mesma burguesia tentará engendrar medidas de proteção à sua produção industrial e mercado interno.

³² A exceção da Inglaterra e de algumas análises sobre os procedimentos em relação às possessões coloniais.

A nacionalidade do operário não é francesa, nem inglesa, nem alemã, é o **trabalho**, a escravatura livre, o **comércio de si próprio**. O seu governo não é francês, nem inglês, nem alemão, é o **Capital**. A sua atmosfera natal não é francesa, nem inglesa, nem alemã; é a **atmosfera da fábrica**. O solo que lhe pertence não é propriamente o solo francês, nem o inglês, nem o alemão; situa-se alguns pés **debaixo da terra**. (Marx, 1976, p. 74-75,)

O ano de 1845 é marcante em Marx não só ao desenvolvimento da contribuição teórica compreendida neste trabalho, como também à própria produção intelectual do autor: é o ano de transição ao materialismo histórico (BLOOM: 1975, p. 35). Em “A ideologia alemã”, Marx estabelece definitivamente a concepção materialista da história humana. A relação que se propõe entre o contexto europeu dos anos 1840 e a profusão dos ataques teóricos que Marx trava contra o idealismo alemão - no que tange à instrumentação teórica da interpretação materialista das relações entre os Estados – não fica a dever-se ao acaso. As lutas sociais e políticas na França³³, a decadência do Império Austro-húngaro e a Zollverein, a centralidade da questão do livre comércio, a crueza do colonialismo inglês³⁴ e a invenção da máquina de Watson (1855), são mais do que fatos históricos: são movimentos que demonstram de forma contundente uma nova fase história da humanidade. Existe uma ligação clara entre a decadência da Áustria-Hungria no que respeita à sua hegemonia na Europa central e a Zollverein. Em 1834, A união aduaneira dos principados alemães marca o predomínio da influência prussiana ao contrário da antiga hegemonia Austro-húngara dos tempos da Confederação Germânica (I Reich)

³³ Na França as insurreições em Paris e Lyon entre 1815 e 1834 haviam causado um grande êxodo das grandes indústrias para o interior. Curiosamente, este processo teve o efeito de, ao contrário de acomodar os antagonismos sociais, exacerbá-los. As indústrias mantidas nas grandes cidades foram justamente aquelas mais qualificadas – nas quais a mecanização e o emprego de crianças eram possíveis. (Ver a esse respeito o trabalho de Michelle Perrot: Os excluídos da história. São Paulo: Paz e Terra, 2001) Os anos de 1847 e 1848 são bastante representativos da fase aberta da luta operária na França.

A revolução de 1848, inicialmente pela burguesia e posteriormente sob o controle direto das massas, cuja autonomia ensejou o “golpe” de Luís Bonaparte e declarou o caráter contra-revolucionário da “segunda revolução francesa” e mais ainda, da burguesia.

³⁴ Um exemplo bastante ilustrativo desse processo nos escritos de Karl Marx pode ser encontrado em “The London Times and Lord Palmerston” New York Daily Tribune. 21 – out – 1861, p. 4. Lord Palmerston foi um importante dirigente da política externa inglesa durante vários anos, tendo trabalhado bastante contra a interferência da burguesia nos assuntos internacionais da Inglaterra.

Em 1861, Bismarck assume a chancelaria, nomeado pelo César Wilhelm I. dez anos depois, a união política dos Estados Alemães traria grande desconforto às demais potências européias, neste sentido a “repartição do mundo” com o Congresso de Berlim seria uma tentativa de coexistência pacífica.

Foi precisamente a decadência da Áustria-Hungria que permitiu as condições econômicas e políticas necessárias à nova configuração das nações européias, com o surgimento tanto da Alemanha como da Itália. No que tange a decadência da casa dos Habsburgos o elenco de revezes produziu profundas modificações sobre o cenário político europeu: pode-se assinalar a perda da hegemonia sobre a confederação germânica na década de 30, a guerra de emancipação das Sicílias na década de 40 (contra o ramo espanhol dos Habsburgo), a guerra da Criméia na década de 50, na qual, demonstrando a rivalidade latente, o Piemonte empresta contingentes contra a Áustria, seguindo-se na década de 60, o conflito direto com o Piemonte e a perda de Veneza.

É possível compreender a Revolução de 1848 ou ainda o “dezoito de brumário” de 1851 como a conclusão da Revolução Francesa³⁵, o marco principal da construção da modernidade. Foi essa experiência histórica, sem dúvida, essencial para que Marx pudesse compreender o início de uma nova era, e além disso: que esse novo tempo não era fruto do movimento do pensamento, do absoluto, da idéia; mas da própria dinâmica da luta de classes que se formava e reproduzia diariamente em todos os lugares onde a acumulação de capital fosse a forma social de reprodução da vida material dos homens.

Nesse período de tormentosos embates políticos nacionais e internacionais em que Marx iniciou sua produção científica sobre as relações entre os Estados, muito embora até 1870 fosse muito mais comum ler em seus livros e artigos a palavra “revolução” do que “guerra”.

³⁵ A revolução de 1848, inicialmente pela burguesia e posteriormente sob o controle direto das massas, cuja autonomia ensejou o “golpe” de Luís Bonaparte e declarou o caráter contra-revolucionário da “segunda revolução francesa” e mais ainda, da burguesia quando de sua aliança – ainda que temporária – com a nobreza.

No desenvolvimento da investigação sobre quais perspectivas o materialismo histórico poderia fornecer ao espaço da nação no sistema capitalista, a mudança da posição de Marx sobre a Alemanha pós-1870 destaca, como se demonstrará, uma importante contribuição.

Já na década de 1850, Marx deixa claro o antagonismo entre Estado e sociedade evidenciando o domínio do aparelho Estatal pela burguesia³⁶. Sobre este tópico, Bloom (1975) faz uma importante indagação: “Hasta qué punto Marx contrapuso estado y sociedad entre sí quedó indicado por su caracterización de la contrarrevolución del estado contra la sociedad?” (p. 78)

Em 1870 a guerra franco-prussiana - a qual Marx qualificou de desastrosa e suicida³⁷ - eclodiu. A relação da guerra franco-prussiana e o pensamento de Marx sobre a Alemanha consiste no fato de que com a ofensiva alemã, sua resolução com a proclamação do Império Alemão e o Tratado de Versalhes, Marx compreendeu a dificuldade de uma revolução social na nova Alemanha (BLOOM: 1975)

Possivelmente prevendo o advento de uma segunda guerra – agora contra a Rússia – Marx pode compreender a viabilidade de uma revolução, não mais na Alemanha, mas na própria Rússia. É provável que este pensamento tenha condicionado a “Crítica ao programa Gotha”.

A crítica ao programa Gotha, neste sentido, além de estratégica à revolução, tem a propriedade prestar testemunho do desenvolvimento do pensamento de Marx sobre a questão da política internacional. É com a “Crítica ao programa Gotha” que Marx (MARX & ENGELS: 1970) deixa claro que a sociedade atual é a capitalista, muito embora, com os Estados seja diferente: eles mudam com as fronteiras, pois estão assentados sobre a sociedade burguesa. Rejeitando a idéia da utilização do Estado como alavanca da revolução comunista, Marx (1970) também refuta, na crítica ao programa Gotha, a possibilidade de existência do Estado acima das classes.

³⁶ Marx em New York Tribune de 21 de agosto de 1852, p. 6.

³⁷ Brief an Dr. Kugelmann, in Neue Zeit, XX, 2. p. 224.

O caráter histórico das construções sociais é um traço característico na obra de Marx, bem como a historicidade de suas categorias (SILVA, Ludovico: 1976). A perspectiva internacionalista por sua vez, ocupa, ainda que implicitamente, uma posição central na obra de Marx (BLOOM, 1975) cujo núcleo dinâmico é precisamente a configuração do mercado mundial: “A tirania industrial da Inglaterra sobre o mundo é o domínio da indústria sobre o mundo” (MARX, 1976, p. 81)

O primado das motivações políticas ao invés de econômicas na direção do comportamento político, militar e estratégico dos Estados contemporâneos a Marx, e por ele mesmo reconhecido em seus artigos publicados *New York Daily Tribune*³⁸, em nada conflita com a dimensão central que as relações econômicas ocupam em sua obra teórica. Ao contrário, constituem mais um elemento taxativo da relevância da perspectiva internacionalista e histórica da análise marxista: os Estados europeus ainda encontravam-se sob a direção de uma aliança constituída pela burguesia industrial, financeira e a nobreza, sendo esta última, em geral, quem ocupava pessoalmente os quadros da administração pública e sobretudo as pastas diplomáticas e militares.

Desta forma, a concepção teórica de um sistema interestatal à imagem e semelhança da Convenção de Viena - que forneceu os principais contornos ao aspecto formal da diplomacia e aos tratados multilaterais, simbolizando a ascensão do Estado à condição de protagonista das relações internacionais - deve ser tomado como uma determinação do materialismo histórico e não como uma limitação da obra de Marx e Engels à compreensão das relações econômicas e políticas internacionais contemporâneas. Tampouco devem os trabalhos de Marx e Engels sobre política internacional, por força das características políticas que lhe foram contemporâneas, ser confundido ou assemelhado às interpretações realistas³⁹ das relações internacionais inspiradas mormente em Hobbes e Maquiavel.

³⁸ Dentre vários, pode-se citar: “Russian policy against Turkey” (1-jul-1853), “The war question” (7-out-1853), “The case of Iorcha arrow” (23-jan-1857) e “English politics (14-fev-1860).

³⁹ O realismo é uma vertente interpretativa das relações internacionais que tem como seu principal teórico moderno Hans Morgentau. Esta vertente tem como principal paradigma o sistema interestatal e a questão do poder.

As contribuições teóricas de Marx ao estudo da economia política sob um prisma internacionalista, não se reduzem ao binômio “exploração global, resistência local” da luta operária, a despeito de suas profusas atividades políticas pela organização internacional do proletariado. Os escritos de Marx e Engels sobre economia política internacional versam também sobre os processos históricos e sociais de formação das condições necessárias à acumulação capitalista tanto nos países europeus deuteragonistas da industrialização como nas mais afastadas nações do planeta.(BLOOM: 1975, p. 96 – 106) Seus escritos políticos evidenciam ainda, o processo de apropriação e controle do Estado pelas classes dominantes, ao mesmo tempo em que é admitido e estudado tanto o conflito intercapitalista mundial como o relativo grau de autonomia do qual gozavam as classes burocráticas, militares e nobiliárquicas na condução dos negócios de Estado.

O atual gigantismo dos aparelhos estatais⁴⁰ é o reflexo de um processo histórico que se inicia a partir da revolução francesa e se espalha por quase toda a Europa através das ocupações napoleônicas. Através da “profissionalização da administração pública” (TULARD: 1996) o Estado adquiriu aspectos bastantes próximos do que atualmente se conhece.

A profissionalização da administração pública conferiu, portanto, ao Estado a aparência de uma certa autonomia, um automatismo. Na obra de Marx, o Estado é uma criação da classe capitalista. Essa determinação, entretanto repousa sob um princípio mais geral: a dialética do conflito de classes como motor da história. Por esta razão, muito embora se busque compreender organicamente o Estado, esse não pode se constituir em categoria central de análise a despeito do máximo desenvolvimento de sua aparência autômata (reflexo tanto da profissionalização do Estado como do desenvolvimento das estruturas legais e jurídicas que supostamente regulam até mesmo a soberania estatal.

Neste sentido, convém questionar como funciona o mecanismo de subordinação da burocracia estatal à classe capitalista e, em que medida a burocracia estatal constitui, a rigor, uma classe social relevante à análise. Em “O dezoito de Brumário de Luís Bonaparte”, Marx

⁴⁰ Mesmo em face da decomposição do Estado de bem-estar social, o Estado moderno apresenta aparelhagem substancialmente mais desenvolvida que qualquer outro pré-1789.

admite que o Estado, naquele momento particular, adquirira uma certa autonomia em relação às classe capitalistas as quais lhe foram constituintes. Para o estudo proposto neste trabalho a questão das condições ao automatismo do Estado deve ser melhor esclarecida sob pena de prejudicar a coerência lógica da contradição “acumulação capitalista e espaço da nação”. O quadro excepcional de automatismo da aparelhagem do Estado, deve portanto, ser integrado ao instrumental teórico deste estudo: razão que requer a análise deste fenômeno enquanto conflito de classe.

Na medida em que a classe burocrática detém algum grau de monopólio sobre os meios de produção capitalistas, é relevante considerá-la enquanto classe dentro do sistema capitalista. A burocracia estatal é uma classe assalariada e não, intrinsecamente, proprietária. Assim, é, em princípio, tão submetida à classe capitalista como o próprio proletariado. Vale assinalar, porém, que não possui, por definição, o mesmo tipo de antagonismo em relação à classe capitalista que o proletariado. Apenas a partir do momento em que a burocracia estatal se compuser por um tipo predominante de classe social capitalista propriamente dita (a exemplo da pequena burguesia, que inclusive é tradicional neste função) esta categoria social tem condições de se tornar relevante à análise materialista do Estado.

Em geral, as pastas mais importantes da administração pública, ainda hoje, estão direta ou indiretamente entregues aos próprios capitalistas ou a seus prepostos. Pois do contrário, no sistema capitalista, o monopólio social dos meios de produção pela classe burocrática se converteria em puro parasitismo econômico. (MARX & ENGELS:1970)

Portanto, no âmbito da viabilidade sistêmica e econômica da classe burocrático-estatal, é possível pensar em algum processo de automatismo do Estado na medida em que se trate de um quadro transitório e, de alguma forma, se beneficie de uma certa vacância da influência da classe capitalista sobre a definição das condições de acumulação, seja por esta encontrar-se neutralizada por um severo conflito intercapitalista em plano mais elevado, ou por uma situação de crise em que se torne temporariamente inviável qualquer espécie mais desenvolvida de organização da classe capitalista.

O Estado, portanto, em alguns momentos pode ter seus vínculos de classe não tão facilmente identificáveis em questões fundamentais sempre que o conflito intercapitalista não permitir minimamente um consenso. Um exemplo historicamente contextualizado disso é a

questão do livre comércio na Europa continental – e sobretudo na Alemanha - nas décadas de 1830, 1840, 1850 e 1860. Em que pese todo o esforço industrializador da classe capitalista “proto-alemã” em 1815, sobretudo por parte da Prússia, na prática, assistiu-se a um sistema de completo livre comércio até 1830. Somente neste momento os principados germânicos puderam constituir um acordo sobre a tarifa externa comum à Zollverein.

De fato, embora a Prússia, devido a profusão de suas instalações industriais, pregasse o protecionismo, seguiram-se quase duas décadas de avanços muito lentos nas negociações pela constituição da União Aduaneira. Muito embora fosse possível se referir aos Industriais prussianos como a classe hegemônica, a organização coletiva dos principados encontrava-se infiltrada de elementos nobiliárquicos que defendiam justamente o livre comércio – dado o interesse pela cobrança de pedágios, por exemplo.

A Alemanha somente se industrializaria de forma mais generalizada em meados de 1860, alcançando a Inglaterra no comércio na década seguinte a despeito de todo “parasitismo político” ainda exercido pela aristocracia alemã sobre o aparelho do Estado.

É portanto, ainda possível conceber um quadro de relativa autonomia do Estado enquanto ocorre paralelamente a consolidação da formação da classe capitalista que se espera, lhe seja dirigente. Disso decorre a importância dessa digressão sobre a história da questão do livre comércio na Alemanha e um importante exemplo da aplicação da compreensão materialista da história por Karl Marx.

Há, deste modo, uma ligação material entre o comércio internacional e a construção do Estado capitalista. Ligação essa na qual estará situado o cerne lógico da configuração colonialista e imperialista das políticas de Estado e, portanto, capitalistas européias da segunda metade do século XIX, bem como o quadro de guerras e conflitos armados subsequente.

Em 1847, no congresso sobre o livre comércio realizado em Bruxelas, Marx⁴¹ caracterizou o protecionismo como uma forma artificial de desenvolvimento da classe burguesa, explicitando os ônus que essa política impõe à classe trabalhadora. Embora pregasse de forma imperiosa a industrialização, (BLOOM: 1975; MARX & ENGELS: 1976 e MARX: 1976) este processo não passava pela construção artificial de hegemonia ou fortalecimento da classe capitalista nacional.

Engels (1976) nos discursos de Erbenfeld, deixa claro o caráter artificial e efêmero das medidas protecionistas tentando o desenvolvimento nacional⁴². Embora a argumentação de Engels estivesse marcada por um certo automatismo que o limitou de considerar outras diversas possibilidades, que de fato vieram a ocorrer - sua argumentação vale não só como registro histórico, mas como mais um elemento à caracterização da natureza de classe do Estado⁴³.

Após a unificação aduaneira alemã, Marx percebeu tanto que algumas instituições monárquicas, aristocráticas e feudais haviam sobrevivido, como também que apenas a pequena burguesia encontrava-se fortalecida⁴⁴: a inexistência de uma industrialização mais expressiva limitava a influência da burguesia sobre o governo.

Há um segmento marxista afeito aos estudos sobre as relações internacionais que as compreende como reflexos das disputas e necessidades de poder dentro dos próprios estados que compõe o sistema das nações⁴⁵. Nesse sentido essa análise se assemelha a de Gramsci (1989, p. 194) no que diz respeito ao estudo sobre a origem da guerra e o conceito de equilíbrio social.

⁴¹ Nesse período a campanha inglesa pelo livre comércio avançava. Após a vitória sobre a questão da lei dos cereais, os industriais ingleses trabalhavam então pelo livre comércio na Europa. Embora houvesse se inscrito para discursar, Marx não pode fazê-lo devido ao antecipado encerramento do congresso. Desta forma Marx transferiu o discurso que fariam o congresso para a Associação democrática de Bruxelas. Mais tarde Engels publicaria e prefaciaria este discurso sob a forma de um panfleto.

⁴² Através da análise de diversos cenários possíveis, Engels demonstra que para qualquer medida protecionista o resultado final será sempre desfavorável.

⁴³ Engels faz um detalhado estudo dos efeitos que o protecionismo industrial pode ter sobre diversas classes sociais, além de deixar claro que a política oficial inglesa sobre a questão do comércio externo é diretamente dirigida e concebida por seus industriais.

⁴⁴ Marx em New York Tribune: 25 de outubro de 1861, p. 6 e 27 de fevereiro de 1852, p. 6; Burguesia e Contra-revolução: 1848 e A luta de classes na França: 1850

⁴⁵ Pode-se citar principalmente Claus Kernig e Norberto Bobbio.

Na obra de Antonio Gramsci, por exemplo, existem duas fontes interpretativas da política internacional: os “Quaderni del carcere” e “Noterelle sulla politica di Machiavelli”, ainda que as primeiras devam ser bastante relativizadas pelo contexto histórico do entre-guerras.(CARNEVALI, 2005)

O conceito de grande potência é fundamental para a compreensão do sistema internacional. Elementos constituintes normal e facilmente percebidos vão desde extensão territorial, população, economia e poder militar. A percepção mais importante, entretanto, é que o poder militar, corresponde, na verdade, a uma síntese dos anteriores indicativos de poder. (GRAMSCI, 1989)

Na análise de Gramsci sobre as relações políticas internacionais é essencial, portanto, destacar o caráter central da categoria “guerra”, a qual conduz ao conceito de equilíbrio social. Esse conceito faz a ligação entre a visão do Estado como um agente de classe, ao mesmo tempo que reconhece a autonomia relativa da política. O inconveniente desta abordagem é precisamente o de colocar o Estado como principal protagonista das relações internacionais, razão pela qual esta abordagem não detém atenção mais pronunciada no presente trabalho. Na medida em que o foco da investigação se volta à atuação dos Estados em si, minora-se a importância do conceito de exploração na sociedade capitalista.

Essa relativamente errônea assunção de paradigma teórico possui implicações que vão além da mera confusão conceitual ou imprecisão de resultados: o conceito de exploração – que em Marx está ligado diretamente ao conceito de classe - desarticulando, através do discurso ideológico hegemônico, a idéia de exploração presente na obra de Marx perde seu significado imediato. Esse expediente tem sido utilizado pelos canais de comunicação pertencentes ou submissos às classes hegemônicas de formas variadas. Uma estratégia comum consiste na elaboração, tratamento e introdução nos meios de discurso político, jornalístico e mesmo na mídia de entretenimento, de forma praticamente subliminar, do conceito de poder enquanto novo paradigma orientador do conceito de classe.

Essa falsa categoria, o poder, (HALLIDAY, 2001, p. 70) além de possuir a vantagem de ser amigável às massas populares, engendra por mediação do individualismo um verdadeiro bloco homogêneo e blindado de discurso político pré-sancionado que tem como epicentro o binômio democracia e igualdade.

A potência desse binômio consiste justamente em guardar como pano de fundo a imagem mitificada e segura da classe média⁴⁶.

O ufanismo do discurso da classe média foi previsto por Marx quando da advertência sobre o aburguesamento do proletário. Em termos de riqueza ou participação do produto social, a aplicação da teoria do valor trabalho de Marx é capaz de demonstrar que a classe média européia ou norte-americana não goza de situação muito superior ao proletariado do século XIX, ao menos em termos de repartição do produto social⁴⁷. O próprio processo de acumulação de capital é responsável, no plano interno, pela diminuição do custo de reprodução da força de trabalho. Além disso, os países centrais apóiam-se fortemente na importação de bens-salário e outros artigos de consumo semi-essenciais a baixos preços – dado o grau de exploração do trabalho na periferia – os quais possibilitam a aparência de um certo conforto material às classes populares.

É neste sentido em que o estágio atual da acumulação do capital no centro permite e exige a homogeneização do consumo e das possibilidades de consumo da maioria da população – questão-chave na manutenção da hegemonia de sua classe dirigente no plano interno, ou seja, justamente a capacidade de sustentação de um mercado de consumo em massa de amplas proporções e a vinculação ideológica destes “avanços materiais” a um determinado padrão de consenso político.

Na medida em que é possível identificar uma “classe nacional” enquanto a classe que promove o progresso econômico e bem estar material à sociedade, um conceito “estável” de hegemonia somente pode estar assentado sobre as bases da manutenção de um patamar socialmente satisfatório de uma determinada classe social assalariada. A respeito da interpretação de “classe nacional em Marx”, Bloom (1975) propõe que:

⁴⁶ A força da figura da classe média está em vários aspectos: desde sua representatividade populacional em países do centro capitalista como no fato de se constituir, por um lado, um nível socioeconômico desejado e aparentemente factível boa parte do mundo.

⁴⁷ A chave para esta percepção consiste em comparar a cesta de produtos consumida pelas classe sociais a partir do conceito de valor-trabalho e não sob a ótica dos artigos de consumo em si. Consoante aumenta a composição do capital na produção diminui o valor dos produtos sintetizados a partir do trabalho. Este é um conceito de produtividade. Para maior esclarecimento sobre esse mecanismo ver o apêndice matemático contido em PAULINI & MATTEI (2005). Um outro enfoque esclarecedor consiste em estudar as possibilidades concretas que as classes médias européias e norte-americanas possuem de adquirir consideráveis meios de produção e emanciparem-se da contingência de vender suas forças de trabalho.

Mientras la sociedad estuviera dividida en classes, el interés nacional concordava con el interés de la clase o elemento de la nación más progresivos. Era nacional aquella classe capaz, aun cuando promoviera sus propios intereses, de impulsar hacia adelante la sociedad. (p. 66 e 67)

Além da capacidade de promover o progresso material, a exequibilidade da hegemonia de uma classe depende também da necessária coesão intracapitalista nacional e internacional, configurando não um acordo, mas, antes, um consenso.

Nesse contexto uma primeira dificuldade de resgate teórico que se apresenta é a inexistência de um tratamento específico sobre o Estado e a maneira como este se presta a um bloco hegemônico de classes enquanto estrutura abstrata de controle social e político, constituindo-se assim em um mecanismo de reprodução das condições econômicas subjacentes a um dado modo de acumulação de capital.

Dois arcabouços parecem se destacar neste processo: a natureza implícita e explícita do Estado, ou seja tanto sua significação enquanto forma histórica, social e humana, como o “*modus operandi*” da manutenção no poder de um bloco hegemônico.

A ausência do conceito de natureza⁴⁸ (DEBRAY, 1997), ou ainda, seu caráter prioritariamente implícito (BLOOM, 1975), ou mesmo relativizado muito provavelmente constitui, no marxismo, uma dificuldade no trato da nação. De fato, aceitar simplesmente a existência do Estado como natural por atender a algumas condições básicas de manutenção da vida é uma redução inviável. Por outro lado, o conceito de natureza está implícito nos limites naturais à própria manutenção da vida humana, razão pela qual qualquer construção social não pode estar exclusivamente calçada na categoria de natureza, muito embora essa represente um certo “lastro” a toda e qualquer instituição social.

Na oposição dialética entre a mudança e a continuidade⁴⁹ é que a história adquire plenitude dinâmica: nas suas sucessivas materializações e sedimentações formam-se núcleos

⁴⁸ Esse conceito de natureza não se confunde com o termo “segunda natureza” de Marx. Refere-se a natureza humana, além de, mais sutilmente, a naturalização da história.

⁴⁹ Vide o capítulo metodológico

variáveis e invariáveis de todas as construções sociais. É exatamente a tensão entre as essências variáveis e invariáveis que permitem a compreensão e explicação dos fenômenos sociais - dentre eles o Estado - o qual sob a ótica proposta é definido não “apesar” da aceitação do conceito de natureza, mas “por causa” da precisão que esse aqui adquire.

No duplo caráter de existência da nação (DEBRAY: 1997) apresenta-se uma parte variável e outra invariável. Variável é a forma historicamente determinada da nação, enquanto que sua expressão mais profunda, isto é, uma organização cultural da sociedade humana. A nação surgiu com a função de sacralizar a vida humana. (DEBRAY:1997).

Curiosamente o mandato com que veio ao mundo a nação, portanto inserido dentro do referido componente invariável, em algum momento, adquiriu autonomia, sacralizando a nação a si própria, confundiu todas as suas variáveis e invariantes. É possível que simbolicamente esta passagem tenha origem na constituição do Estado como um grande “homem artificial”⁵⁰.

É fato que a referida “origem” não passa de um momento simbólico, muito mais figurado que histórico. Ainda assim, sua importância não deve ser menosprezada nesta investigação: mesmo que todos os aspectos do contratualismo não passem de mera *factio jûris* ou fraseologia, sua simples ocorrência justamente no momento da consolidação de boa parte dos Estados nacionais europeus já exige atenção, no mínimo enquanto retrato intelectual de uma época primaz para o fenômeno estudado em seu aspecto político.

Na própria “Contribuição para a crítica da economia política”, Marx (1989) reconhece que um modo de produção não se desintegra antes que suas relações internas de produção estejam completamente desenvolvidas e, portanto, também seus antagonismos. A própria Alemanha contemporânea de Marx demonstra a importância e o caráter material da relação entre Estado e desenvolvimento do capital⁵¹. (MARX: 1977 e 1976)

⁵⁰ Não por acaso, a primeira publicação da obra “O Leviatã” de Thomas Hobbes teve a contracapa ilustrada com a figura de um monarca gigantesco e monstruoso – a semelhança do personagem bíblico – cujo corpo era composto por inumeráveis seres humanos em relativa miniatura, como se lhe fossem as fibras musculares.

⁵¹ A Alemanha contemporânea de Marx não era mais que um mercado comum composto por dezenas de principados.

CAPÍTULO IV

A TRANSPOSIÇÃO DAS PROPRIEDADES DO CAPITAL E DO ESTADO

De modo geral os escritos de Marx e Engels sobre a condução dos negócios de Estado parece reforçar a tese contrária a da sociedade global, com grande destaque para os antagonismos e conflitos internacionais. O ponto fundamental da compreensão de Marx e Engels a respeito do Estado encontra-se em seu caráter de classe. Tão complexo será compreender organicamente um determinado Estado, conforme complexa seja sua estrutura de classes em um dado momento. É desse modo que a semelhança com a linguagem utilizada por Marx na introdução da “Contribuição para a crítica da economia política” quando do exemplo da anatomia do macaco e do homem, não é mera coincidência: a classe trabalhadora hoje é, de fato, mais complexa que os proletários e capitalistas da revolução industrial inglesa.

A leitura de alguns dos escritos de Marx⁵² deixa claro que existe um hiato entre a classe economicamente dominante e a classe que ocupa a posição de governo político.

Marx, em “A luta de classes na França” versa sobre o processo de alteração da aparelhagem do Estado, demonstrando que a divisão em classes sociais é o pré-requisito histórico à passagem do Estado dedicado às necessidades sociais para um estado de natureza dominante, o que é, em alguma medida, passível de extrapolação à política internacional – que nas décadas de 40, 50 e 60 do século XIX pode ser sintetizada pela tirania da Inglaterra, pela constante tensão entre aristocracia e burguesia e o massacre do proletariado e das colônias.

Historicamente o capitalismo foi o primeiro sistema capaz de espalhar-se por todo o planeta. Aliás, foi o primeiro sistema a nascer pressupondo tal potencialidade, sob a forma de mercado mundial, cujo processo de constituição inicialmente sob a direção do antigo capital comercial e usurário, os quais, aperfeiçoando-se, fortaleceram os Estados e as instituições,

⁵² MARX, Karl. **O dezoito de Brumário de Luiz Bonaparte**. Lisboa: Avante, 1982.; MARX, K. **A luta de classes na França**. Buenos Aires: Anteo, 1972 e MARX, Karl. **A burguesia e a contra-revolução**. Ed. Ensaio. São Paulo: 1987

dando origem a fase monopólica do sistema capitalista.

A forma “mercado mundial”, todavia, parece ser acidental em relação às características físicas e geográficas do planeta. É necessário investigar o que o espaço significa para o capital e não o que o capital urdiu a partir das características do espaço.

O componente mais material e, por isso mesmo, tênue da base invariante da categoria nação é precisamente seu espaço. É sobre a idéia de espaço que se assenta a concepção de fronteira, e, a partir disso a concomitância dos processos de identificação e exclusão.

É precisamente pelo fato de o desenvolvimento capitalista se manifestar enquanto um processo espacializado que ele imputa ao binômio “acumulação mundial e espaço do Estado-nação” um tipo bastante exacerbado de tensão. O domínio e conquista de significativas porções do planeta não se deu sob o julgo do sistema capitalista e sim na vigência do capital mercantil e usurário.

Por isso, o capitalismo surge tendo o mercado mundial por pressuposto, mas não enquanto mera ocorrência histórica anterior (embora de fato tenha sido), porém, como um processo mais diversificado e desenvolvido que estruturou as condições de sua gênese.

Daí segue que a condição de acumulação do capital é a questão fundamental à expressão geográfica do desenvolvimento capitalista. Por esta razão o debate sobre o capital comercial é um requisito teórico e lógico ao estudo das condições principais e coadjuvantes à criação de mais-valia. Igualmente, o debate sobre a teoria do valor-trabalho face aos trabalhos imateriais ou “não-produtivos” se constitui em um marco analítico importante à compreensão teórica tanto dos atuais processos de exploração internacional, como ao entendimento do papel material do Estado nas condições de acumulação de capital, extração e produção de mais-valia.

IV – 1 - O ESTADO E O VALOR

Uma aplicação óbvia e prematura da teoria do valor trabalho conduziria à limitada conclusão de que cada átomo de valor presente tanto nas vultuosas transações financeiras mundiais, como no elevado valor que alguns “ativos imateriais” hoje atingem no mercado nada mais são senão sobras ou reflexos do trabalho produtivo. É, entretanto, da natureza das sombras que se multipliquem com a cair do dia e recubram a noite: o fio condutor deste raciocínio é precisamente o fato de o Estado apresentar – aos olhos mais progressistas – sua “aparente obsolescência” justamente quando a apropriação do valor em escalar mundial se torna mais abstrata.

Embora refutado, o conceito apresentado por Dreifuss (2004, p.85) “produtos-idéia” faz uma importante relação entre as “novas formas de produção” e o Estado, cuja função principal hoje deveria ser a de suporte a criação dessa riqueza “(i)material” pelas corporações, visto que essa produção adquire importância e preços cada vez maiores no mercado e, se tornam um grande insumo – continuamente mais importante – para praticamente qualquer produção material no planeta. A aspecto dessa conjuntura é o de uma luta acirrada pelo monopólio da produção indispensável à produção. Neste caso, quando feita menção às tecnologias patenteadas, estruturas institucionais, centros de pesquisa, *know how*, técnicas padronizadas de administração da produção, marcas, licenças, é correto – até certo ponto – pensar em “riqueza imaterial”, mas não enquanto negação da materialidade e sim em seu aprofundamento.

A questão historicamente contextualizada com a discussão anterior é que os serviços e as finanças internacional são hoje , o que o comércio exterior foi no século XIX, (CHESNAIS: 1996) : fronteiras da acumulação do capital.

O valor, enquanto produto da relação social fundamental da sociedade capitalista, encerra as determinações principais à compreensão da evolução de suas próprias relações sociais e, porquanto, de produção e apropriação.

A discussão sobre o capital comercial, por exemplo, em “O Capital” (capítulo 17, volume III) está incompleta. (MARGINSON, 1998) Concordando com Smith, em “Teorias da mais-valia” (Marx: 1989), quanto ao critério de trabalho produtivo, isto é, a dependência de capital⁵³, implicitamente Marx deixa uma base para distinção do fenômeno geral do trabalho para o fenômeno histórico do trabalho capitalista.

No contexto das “Teorias” (MARX:1989), a mais-valia somente pode ser obtida diretamente, enquanto que nos Grundrisse é mencionada a criação indireta de valor. A esse respeito, Marginson (1998) pondera: “*However, Marx used “indirectly productive” in a specific and limited sense*” (p. 575), o que permite o esclarecimento quanto a diferença entre criar valor e participar das condições sociais necessárias e desejáveis à criação do valor.

A participação na criação das condições necessárias à produção do valor, ainda que em outros termos, é a tônica do processo de concepção e valorização dos “ativos imateriais” e “capitais fictícios”⁵⁴. Disso decorre o vínculo material⁵⁵ do processo de apropriação de valor por meio das formas mais etéreas de capital e a condução da política externa econômica e extra-econômica das grandes potências. Uma proporção, portanto, do valor deve ser direcionado não só à reprodução das suas condições de reprodução, mas também à criação de todos os requisitos que tornem sua reprodução ampliada sempre notadamente viável.

Muito embora, os serviços do Estado não sejam, em princípio, intrínsecos à acumulação do capital, não é possível desprezá-los nesta análise. Procurando superar e sintetizar esta tensão sob o prisma do valor, Marginson (1998, p. 576) propõe que: “*One method of managing this contradiction was the marketisation and capitalisation of the state services, as long as the necessary conditions of production were still provided.*”

A solução proposta, é, na verdade, uma resposta fácil e tentadora à uma questão de fato controversa e não conclusa na obra de Marx. Entretanto, os serviços do Estado, sempre que realizados além de um mínimo necessário jamais determinável *a priori*, pertencem a

⁵³ Marx se refere ao conceito de trabalho produtivo no sistema capitalista. Essa distinção terá sua importância sublinhada neste capítulo quando da demonstração da historicidade das categorias econômicas estudadas.

⁵⁴ A obra de Chesnais (1996), Dreifuss (2004) e Kuttner (2004) – para ficar entre os autores mais estudados neste trabalho – não deixa dúvidas sobre a atual relevância destas categorias mais “abstratas” de capital

⁵⁵ Este vínculo corresponde a própria materialidade do Estado. Ver o capítulo anterior.

uma esfera que, embora umbilicalmente ligada ao capital, não é a do mundo econômico *strictu sensu*.

O Estado representa mais do que uma determinação dos fatores e aspirações econômicas de suas classes dirigentes. Não porque compreenda ao mesmo tempo fatores econômicos e não-econômicos em seu movimento, mas porque seu próprio determinante econômico é calcado sobre um princípio de produção da vida material e uma incessante luta entre os homens. Por este motivo, o limite da atuação econômica *strictu sensu* do Estado não é determinável, posto que sua própria atuação recria condições de mudança do movimento que o anima – o conflito de classes.

De maneira análoga, a análise da teoria marxista quanto ao valor dos serviços capitalistas ilumina tanto a própria adequação da teoria do valor-trabalho, como o inter-relacionamento do capital financeiro com o Estado, embora, a base para a resolução da controvérsia, todavia, encontra-se no estudo da noção marxista de trabalho.

A grande dificuldade desta análise está precisamente em tentar compreender a Economia enquanto um movimento lógico absolutamente autônomo. Isso explica, de certa forma, tanto a importância da categoria de totalidade em Marx, como também sua “negligência” em esclarecer previamente questões que somente poderiam surgir através de interpretações com pendor minimamente economicistas, e, portanto, dissonantes com o próprio pensamento do autor⁵⁶; a exemplo de “commodities did not have to take a tangible or durable form”. (MARGINSON, 1998, p. 576) Em concordância; há de fato nas “Teorias da mais-valia” (MARX:1989) o exemplo do cantor e do escritor de livros, através dos quais Marx demonstra como, em tese, o mesmo trabalho pode ser produtivo mediante a maneira como se relacione com o capital - o que somente vem a confirmar, o capital não é imediatamente um valor ou um objeto, mas antes, uma relação social.

Entre as formas contemporâneas mais abstratas de capital, a atuação das políticas externas dos países centrais e o processo de apropriação mundial de valor, existe somente a categoria mediadora do “trabalho”, todo o restante, posto que a sociedade atual é a capitalista,

⁵⁶ Nessa mesma linha de investigações sobre aspectos controversos do valor-trabalho é importante mencionar a parte final do trabalho de Roman Rosdolsky em “Gênesis y estructura de El capital de Marx (estudios sobre los Grundrisse)”. Siglo XXI editores, Madri, 1986, na qual o autor analisa o problema do trabalho complexo.

constitui formas de apropriação de massas de mais-valia condizentes com dado grau de desenvolvimento da acumulação do capital.

O trabalho é um processo do homem sobre a natureza. O homem, porém, é parte da natureza, logo o trabalho é também um processo do homem sobre si próprio. Assim, enquanto um ser social que se constitui como antítese do ser natural sintetizando em si o predicado do “ser naturalmente social”, o homem se faz homem negando a natureza em sua característica primaz, não conhecida *in totum* do homem. É tão somente sua existência autônoma enquanto natureza e não-homem, tal como a apropriação da natureza pelo este que constitui um trabalho e forma também o que Marx denominou “segunda natureza”, i. e, a natureza que não existe sem o homem.

Uma leitura precipitada sugeriria, neste sentido, a marca essencial para a caracterização do trabalho humano. Entretanto é necessário recordar que o homem ao qual se refere Marx não é o homem natural, senão o social. Homem, já produto de si próprio e de sua segunda natureza. Daí a debilidade de apoiar-se somente na interação homem-natureza para compreender o trabalho. Por meio desta razão, reafirma-se a natureza social do capital e sua importância na tipificação do trabalho produtivo em uma sociedade capitalista, o que apóia a posição de Marx (1989) expressa nas Teorias da mais-valia.

Marx subordina o processo de circulação ao de produção; razão pela qual atribui importância secundária ao dinheiro em si. A circulação determina tão somente um limite para a realização do valor.

Esse limite, determinado pela circulação, fica claro quando se examina o seguinte exemplo: a imaginar um ciclo produtivo que se inicie com um empréstimo e subsequente transformação desse dinheiro ou poder de compra em meios de produção e emprego de pessoas no trabalho produtivo, produção e consequente realização no mercado. De forma a recuperar o dinheiro tomado em empréstimo de uma única vez repondo-o assim ao prestamista, duas questões tornam-se patentes: em primeiro lugar, sobre o caráter fictício desse capital, e por conseguinte, as possíveis consequências de uma situação hipotética na qual a instalação dos meios de produção, o processo de produção e a realização no mercado sejam tão rápidas que a duração de seu ciclo possa ser desprezada. A segunda indagação reafirma justamente o caráter fictício do capital mencionado na primeira, ao mesmo tempo

que demonstra que o limite da viabilidade desta natureza de operação reside em primeiro lugar na própria produção, via taxa de mais-valia e conseqüente capacidade de realização no mercado⁵⁷.

O fenômeno que na aparência se apresenta como uma espécie de poder vital do capital, se revela como fruto da própria lógica e contingência material da esfera da circulação: um fenômeno sobre o tempo econômico. Por trás da atuação das expectativas e comportamento dos juros, bem como dos fenômenos monetários, encontra-se a manifestação objetiva e real da dilatação e contração do tempo econômico.

Para que o fenômeno adquirisse esse aparente aspecto metafísico foi necessário um longo processo histórico. A fim de que suas potencialidades emergissem de forma quase plena e adquirissem a pronunciada relevância que hoje detêm. A própria maneira enfeitada, mítica, isto é, ilusoriamente autônoma, com que os fenômenos monetários foram incorporados à teoria econômica após a segunda guerra mundial e sobretudo a partir dos anos setentas já o demonstram.

Na medida em que avança um processo, que após a década de 70 se convencionou denominar mundialização ou ainda – sua irmã apócrifa e ideológica – a globalização, em suas mais variadas vertentes (tecnológica, financeira, cultural, política, étnica, comercial, produtiva, etc.) (BORDIEU & WAQUANT: 2004) uma colossal estrutura de dominação e controle social aparece mais claramente embasada em uma lógica perversa e específica das vertentes supracitadas. Essa lógica⁵⁸ “perversa”, corresponde tanto aos resultados sedimentados do capitalismo como um processo histórico, como a raiz dinâmica de sua auto-reprodução. Se este processo em si representa uma generalidade, as novas técnicas, tanto eleitas como contingenciais do sistema, representam o caráter específico da atual fase do sistema capitalista.

⁵⁷ Esta questão é bastante analisada em Istvan Meszaros, 2002, o qual menciona a tese da tendência de diminuição do valor de uso das mercadorias. Uma outra tese complementar a essa será apresentada nos capítulos seguintes.

⁵⁸ Embora não se trate exatamente da mesma lógica a qual Meszáros (2002) se refere quando menciona a lógica da estrutura de controle sociometabólico do sistema de capital, existe uma relação entre esse processo e a lógica aqui mencionada, enquanto movimento do capitalismo.

A perversidade desta lógica, encontra-se tanto na sua capacidade de estabelecer uma racionalidade inquestionável ao seu movimento como em seu caráter absolutamente abstrato, razão pela qual uma de suas potencialidades é a cooptação de praticamente toda e qualquer ideologia ou política a seu favor. Esse particular confere ao movimento o *status* de própria lógica legítima do progresso, ao mesmo tempo em que induz a um verdadeiro processo de homogeneização do discurso político, do qual podem servir de exemplo os Estados Unidos, ou mesmo a Europa.

Situando no contexto da consolidação da União Européia, o novo discurso ideológico (newspeak) a cuja aparência, Scruton (2005), caracteriza como a paz ofensiva seguinte à invasão soviética no Afeganistão - um novo contexto político internacional no qual a paz jamais aparece como condição para a normalidade – o socialismo parece ter alcançado uma vitória tanto no Império Soviético, como na China e também nos “university departments all over Europe and America” (p. 41).

Os lemas da luta ideológica do comunismo contra o capitalismo e o imperialismo dão a impressão de animar, *mutatis mutandis*, a guerra contra as principais doutrinas que se colocam contra a consolidação da União Européia: o nacionalismo e o racismo. Essa idéia do “insidious replacement for the marxist newspeak” (SCRUTON, 2005, p. 41) ainda que derivada de um método de pensamento bastante controvertido, é parcialmente justificada por uma perspicaz caracterização de um diapasão político-cultural em voga na Europa, a que o autor denomina “newspeak”.

É a possibilidade da consolidação de uma união política da Europa que lança luzes a emergência do Estado pós-moderno, e requer, sem dúvida, toda investigação: a homogeneização do discurso político naturalmente não se faz sem que se proceda antes a semelhante processo no que respeita às contradições sociais.

Em que pesem todos os retrocessos e dificuldades à integração política da União Européia, a questão continua a merecer atenção, visto que até mesmo a ausência da consolidação de maior integração política, demonstrará como o capitalismo tende a engendrar os novos mecanismo de controle da sociedade e até que ponto o Estado – como conhecido até agora – é essencial.

The world of Newspeak is a world of abstract forces, in which individuals are merely local embodiments of the "isms" that are revealed in them; hence it is a world without action. However, it is not a world without movement. On the contrary, everything is in constant motion, swept onwards by the forces of progress or impeded by the forces of reaction. There is no equilibrium, no stasis, no rest in the world of Newspeak. All stillness is a deception, the quietus of a volcano that could erupt at any time.

O “Newspeak” se projeta sobre o “Eurospeak” propondo e empurrando a realidade sócio-política a um mundo pan-dinâmico no qual a única promessa possível parece ser a irreversibilidade do progresso e o caráter efêmero dos males sociais, que, bem como todos os tipos de reação a essa nova realidade são bem definidos e conhecidos, e, vale mencionar, exemplarmente reprimidos pela lei ou pelo esquecimento⁵⁹.

Scruton aqui denuncia os avanços legais rumo a plena autonomia supranacional da União Européia, bem como a criminalização de manifestações outrora toleradas, a exemplo o racismo e a xenofobia, como demonstram inúmeras diretivas da Comissão Européia. Além disso é importante ressaltar a formação de uma periferia dentro da própria União Européia, caracterizada não só por dados econômicos, mas por uma vasta rede de formas institucionais de dominação. Corroborado por uma rede de governos, serviços de inteligência, empresas e forças policiais, se desenvolve neste momento na Europa um amplo arsenal de combate “preventivo” a movimentos de massa e movimentos de estrutura celular com ideologias “radicais”. Esse “arsenal” inclui não só as denominadas “armas não-letais” como um sofisticado e perverso mecanismo de repressão e subsunção de privacidade e garantias individuais.

Esse movimento de redefinição de discursos políticos e reformulação da forma efetiva do exercício da hegemonia, neste caso “eurocracia” demonstra uma verdadeira inversão dos conceitos tradicionais de “esquerda e direita”, que, para além de sua potência alienante, determina novas formas de repressão, há alguns anos impensadas.

⁵⁹ Sobre este assunto, ver: Omega Foundation for the European Parliament's department of Scientific and Technological Options Assessment (STOA) . **Special Report to the European Parliament**. Luxemburgo: Setembro de 1998.

Neste sentido, a soberania nacional encontra-se ameaçada a se limitar tão somente ao princípio da subsidiariedade⁶⁰, do qual a União Européia fornece um exemplo de tal modo, ainda único, de transmutação da questão nacional e da forma específica de existência do Estado como um instrumento de classe.

IV – 2 - A POLÍTICA E O ESTADO

Por meio de uma perversa superação do binômio democracia – autoritarismo estatal (SCRUTON, 2005; LUKÁCS, 1991, BOURDIEU & WACQUANT: 2004), o resgate do conceito kautskyiano de ultraimperialismo, combinado com a desintegração política de significativa parte da soberania estatal dos países europeus, fornece base material para uma séria reflexão de como a democracia pode se transformar em, além de meio de legitimação da hegemonia, também em forma de violenta repressão e instrumentação de uma nova noção de hegemonia baseada na perfeita racionalidade.

Toda a realidade econômica é uma realidade fictícia e sua racionalidade é mera ideologia.(CASTORIADIS, 1997; AMIN, 2004) Em conformidade com o método utilizado nesta obra (i.e. o materialismo histórico), toda realidade parcial é uma ficção, e a forma social de racionalização dessa ilusão constituir-se-á necessariamente em ideologia. Mas a originalidade da ideologia capitalista está em proclamar-se racional:

Il capitalismo è il primo regime sociale a produrre un'ideologia che ne decreti la "razionalità. La legittimazione degli altri tipi d'istituzione della società era mitica, religiosa o tradizionale. In questo caso, invece, si pretende che esista una legittimità "razionale", istituita dal capitalismo stesso (senza quindi la consacrazione dell'esperienza o da tradizione, senza il benessere degli eroi o degli dei, ecc). (CASTORIADIS, 1997, p. 30)

⁶⁰ A subsidiariedade constitui o princípio que equilibra as competências (no caso, a nacional e a comunitária) Em determinadas áreas em que há concorrência de competências, o princípio da subsidiariedade regula se a iniciativa de ação ou regulação deve partir dos Estados ou da União Européia. É um princípio regulador do exercício das competências. Deve permitir determinar se, em um domínio de competência concorrente, a União pode agir ou deve deixar os Estados-Membros regular a matéria.

É precisamente nessa acepção que o “discurso da democracia representativa” (CASTORIADIS, 1997, p. 29) expande os domínios do neoliberalismo para além da economia até o âmbito da teoria política.

Com análise semelhante, porém mais dedicada ao neoliberalismo como herança imperialista, Bourdieu & Wacquant (2004) demonstram a característica “apropriadamente simbólica” desse último, em especial na desarticulação de conceitos importantes como “capitalismo, exploração, classe, dominação e desigualdade”.

O imperialismo se utiliza de sua vertente cultural⁶¹ realizando um processo de violência simbólica que tem por escopo ocultar verdades históricas. (*ut supra*)

As novas tendências apontadas, como o crescimento do Estado penal⁶² (PILGER: 2003; WACQUANT:1999 e 2000) , a desmobilização sindical e insegurança social, combinadas com os vícios alienantes do discurso muticulturalista engendram uma retórica especial, denominada globalização (BOURDIEU & WACQUANT, 2004) cujo objetivo é a justificativa da “submissão voluntária aos mercados financeiros”.

À semelhança do conceito de ultraimperialismo de Kautsky⁶³, a calma das relações entre as potências capitalistas e a concórdia política⁶⁴ em torno do mega-Estado europeu é mera ilusão. A “perfeita racionalidade” é recorrente no texto de Kautsky sob a forma de “de um ponto de vista estritamente econômico não há razões para o conflito armado”. O acordo generalizado entre os capitalistas não é sequer uma possibilidade lógica não sancionada pela história. Se o desenvolvimento não é igual, não há equilíbrio e a luta capitalista segue. (LÊNIN: 1977 p. 664). Se perpetuam-se uniões capitalistas, é justamente como forma de luta.

⁶¹ Bourdieu & Wacquant (2004) citam diversos canais institucionais da vertente cultural do imperialismo, nomeadamente: Banco Mundial, OCDE, Manhattan Institut, Adam Smith Institut, Deutsche Bank Fundation, London Scholl of Economics, dentre outras.

⁶² O Estado Penal, que tem nos Estados Unidos da América seu maior exemplo, pode ser compreendido como uma resposta ao desmonte do Estado de bem-estar social, é o Estado que premia tanto pelo rigor dos dispositivos de controle da sociedade, como de estruturas penais, repressivas e investigativas extremamente desenvolvidas. O Estado Penal tem uma parte relevante de sua população nas penitenciárias e utiliza maciçamente todos os aparatos tecnológicos disponíveis para manter coercitivamente seu entendimento vigente de democracia.

⁶³ KAUTSKY, Karl. Der Imperialismus. **Neue Zeit**, Stuttgart, 11 de Setembro de 1914. p. 2

⁶⁴ O termo aqui empregado refere-se aos fatos. Não obstante retumbante oposição de vários grupos sociais e contra-tendências consideráveis, a União Européia é um fato. Bem como a cessão de importantes soberanias nacionais

Convém talvez revistar o fato de não haver ocorrido grandes lutas entre as potências capitalistas desde a segunda guerra mundial. O fim da segunda guerra sequer completou um século para que a paz possa ser de fato comemorada. A centralização triádica dos capitais (CHESNAIS , 1996) faz com que as lutas armadas intercapitalistas sejam por vezes desvantajosas. Essa, entretanto, é uma contingência momentânea. Somente após a derrocada da União Soviética, que, observando os frutos da reunificação da Alemanha e das formas específicas de construção de estados capitalistas no Leste Europeu é que será lícito imaginar se realmente a tendência do capitalismo aponta de fato mais a uma *entente* que ao conflito.

Dessa forma é possível pensar na União Européia como um acordo, de finalidades não só intercapitalistas, como também reacionárias. Há duas vertentes que confirmam esse entendimento: tanto a abordagem dos desequilíbrios regionais e criação de pólos e periferias do desenvolvimento econômico (LIPIETZ: 1987 e 1988) como a interpretação de que a reação conservadora engendra agora uma luta não mais contra o comunismo, mas contra a vertente política e econômica nacional. No conceito de supranacionalidade européia, é o nacionalismo popular e pequeno-burguês que se apresenta como reação ao cosmopolitismo imposto. Esta interpretação guarda alguma concordância com a controvertida posição de Scruton (2005, p. 41). A julgar pelos refinados meios de combate que a União Européia tem frente às expressões “extremistas” parece que as classes dominantes da “eurocracia” já conhecem o perfil e a potencialidade de seus futuros inimigos.

As forças políticas, sociais e econômicas que se reúnem em torno da consolidação de um espaço de acumulação uno na Europa seguem, em suas formas objetivas de expressão, os mesmos princípios da exploração capitalista tradicional. A atual configuração européia não anula o antagonismo entre classe sociais (por exemplo capital e trabalho), porém, mais desenvolvido, possui formas mais refinadas que permitem a cooptação de várias classes social e economicamente antagônicas *strictu sensu* sob lemas comuns.

No caso de um eventual resgate do conceito de ultraimperialismo, tanto no campo teórico, como na *práxis*, um novo processo de regionalização tende a se desenhar sobre o planeta – processo esse que já ocorre, mas ainda não encontrou sua configuração final – razão pela qual, não obstante o aparelho material do Estado aumente assombrosamente (BORON, 2002), a sua natureza material tornar-se-á ainda mais abstrata e de difícil apreensão,

subsumida no gelatinoso conceito de região e da “*transnationale Logik ideologisch extrem primitiv*” (AMIN, 2004).

Partindo-se para um outro extremo, a questão do espaço mundial, é possível também observar duas vertentes lógicas: a dos estados nacionais que compõem um sistema e a geoeconomia mundial. (DEBLOCK, 2000) É nesse ponto que a região enquanto questão implícita se explicita: na extrapolação da região relacional em região absoluta do capital, em detrimento ao sistema das nações, desloca-se o foco justamente ao tão criticado por Marx “Sistema de Economia Nacional” de List:

Dans ce qui n'est en fait que géoéconomie du monde, deux approches sont de la sorte possibles. Une première approche, qui tire ses origines conceptuelles du système d'économie nationale de List revu et corrigé par la géopolitique de Ratzel, privilégiera l'analyse spatiale et débouchera sur la théorie des pôles avec ses multiples variantes, la théorie centre-périphérie de Prebisch ou la théorie des économies-monde de Braudel, par exemple. (DEBLOCK, 2000, p. 2)

Segundo Gramsci (1989), o grupo dirigente dentro de um Estado, procura manter as condições favoráveis ao crescimento do equilíbrio social favorável a classe dirigente. A manutenção, entretanto, desse equilíbrio pode se projetar em outros territórios configurando um conflito.

Cada grupo dirigente tende em abstrato a ampliar a base da sociedade trabalhadora da qual extrai mais-valia; mas a tendência de abstrata torna-se concreta e imediata quando a extração da mais-valia na sua base histórica ficou difícil ou perigosa, além de certo limites que todavia, são insuficientes. (GRAMSCI, 1989, p. 194)

Alterando temporariamente o objeto de investigação, da dominação externa, para aquela confinada aos limites políticos nacionais, surge como uma forma histórica de “contra-revolução burguesa” (BORON, 2003) a figura do Estado autoritário e militarizado, que encontra sua forma mais pura no fascismo europeu. Essa forma caracteriza sua ocorrência em Estados europeus retardatários no desenvolvimento industrial, que, ao contrário da Inglaterra, começaram a assistir ao crescimento dos movimentos de revolução proletária antes que os mecanismos de defesa (isto é, a própria evolução do capital) estivessem desenvolvidos na

mesma proporção.

O resultado desse processo é visível na figura de uma burguesia de caráter nacional acuada tanto pela massa popular explorada, quanto pela classe capitalista externa.

Essa burguesia encontrou na forma do Estado beligerante, militarizado, a maneira de converter o avanço parcialmente quantitativo de suas estruturas de capital⁶⁵ em uma evolução qualitativa (processo parcialmente representado pela “ampliação do Estado” ou pelo “desdobramento metodológico das superestruturas” em Gramsci).

Esse processo de transformação e evolução abrupta das estruturas de controle social do capital mediante a consolidação política provisória de um Estado beligerante permite, ao mesmo tempo, tanto a cooptação da pequena burguesia ao movimento de contra-revolução burguesa como também a adesão de parte das camadas populares.

Assim, a categoria de Estado totalitário ilumina igualmente a existência da burguesia nacional e duas propriedades importantes do Estado nacional: sintetizador da transformação de evoluções quantitativas acumuladas pelo capital e mecanismo de alienação popular tanto em relação à consciência da natureza última desse capital, como da própria luta de classes⁶⁶.

Se o tipo particular de Estado totalitário tem como característica subverter a luta de classes, o Estado em geral detêm a potencialidade de subverter a si próprio como campo de batalha simbólico da própria luta de classes. Como o Estado em geral é uma construção abstrata e múltipla, sua forma específica é construída a partir de suas condições históricas prévias. O importante, entretanto, é que a multiplicidade de Estado se corresponde com a diversidade de gradações das duas classes capitalistas básicas.

Portanto, afirmar que a dinâmica da relação entre os Estados é a consecução do interesse de suas classes dominantes (direta ou indiretamente)⁶⁷, ou ainda que, por ser

⁶⁵ Embora pouco avançadas qualitativamente, essas estruturas nacionais de capital possuíam um nível de evolução quantitativa minimamente razoável à essa transição, dado seu caráter até então monopolista.

⁶⁶ Embora seja uma constatação generalista e minimamente subjetiva, não parece estranha a idéia de que operários, quando devidamente conduzidos pelos mecanismos do discurso político, entendam-se como cidadãos antes mesmo de se conceberem como operários.

intrínseco à própria natureza do capitalismo, sua expansão em nível mundial se dá mediada pela lógica de transposição de suas contradições internas (que em última instância, são basicamente determinação da própria estrutura do capital e das classes sociais.), ou mesmo que a condução da política e economia entre as nações se pauta pela grande concorrência intercapitalista, correspondem exatamente à mesma coisa.

Assim, a lógica geral que governa o movimento das nações e dos capitais exploradores é a mesma que governa a infinidade de Estados dependentes e submissos dos mais variados tipos e modalidades, bem como as classes capitalistas que os compõe. Esta relação, porém, não deve ser compreendida de forma mecânica. As condições mais ou menos favoráveis pelas quais os Estado vassalos são submetidos e suas classes dominantes no plano interno subjugadas são dadas por condições históricas prévias ou ainda toda sorte de acontecimentos particulares possíveis. Igualmente, nem sempre é necessário a aceitação consensual dos dominados neste processo, o que não exclui a possibilidade de que, sob algumas condições, seja esta submissão favorável à classe capitalista ou política local. De qualquer forma, sempre que o consenso não for possível o sistema capitalista certamente engendrará a dominação por meios coercitivos.

A realidade dos conflitos internacionais atuais parece comprovar bastante esta idéia, desde que abstraído o eventual “verniz de legalidade” conferido por normas descontextualizadas do direito internacional⁶⁸, ou ainda pela manipulação dos meios de informação e formação de opinião pública, ou ainda formas econômicas de acomodação de movimentos populares de contestação. Parafraseando Marx (1976, p. 81): a tirania dos países centrais do capitalismo contra os demais, é a tirania do próprio capitalismo enquanto sistema mundial.

É nesse sentido que a caracterização das formas políticas adotadas pelos países dominados por causa ou apesar da dominação externa é reveladora das interações entre sociedade e Estado, da mesma forma que aborda os mecanismos próprios da lógica particular

⁶⁷ Este ponto já foi tratado: Não necessariamente a classe dominante economicamente e a politicamente dirigente coincidem imediatamente, mas mediadamente sua coordenação é visível. Este aspecto foi esclarecido por Marx quando da análise da luta de classes na França.

⁶⁸ As justificativas para invasão e intervenções diversas sobre questões políticas internas, ainda que contrariando normas diplomáticas e o princípio de auto-determinação do povos, em países formalmente independentes e soberanos freqüentemente, nos tempos atuais, se assemelham à figuras jurídicas como a da “legítima defesa putativa”.

da exploração, a qual no século passado se caracterizou pelo imperialismo e, no século atual começa a exibir características semelhantes ao “ultraimperialismo” proposto por Kautsky⁶⁹.

A condição para a adequada subsistência de uma nação é exatamente aquela de ser compatível seu espaço de domínio político com o bloco de capital que lá deve se desenvolver. (BLOOM, 1975, p. 43)

No conceito gramsciano de “ampliação do Estado”⁷⁰, encontra-se a base para uma importante revelação. No processo de desdobramento da superestrutura, tornam-se perceptíveis duas atribuições bem específicas do Estado; o aspecto coercitivo-econômico e seu papel como instrumento de hegemonia.

O desenvolvimento do bloco de capital dentro de um Estado tende, entretanto, a superar esses limites nacionais, o que configura o espaço teórico do imperialismo e de parte dos conflitos, inclusive guerras.

É essa característica que confere aos Estados principais do sistema capitalista a propriedade do gigantismo dos aparelhos estatais, sobretudo de defesa, controle social e diplomáticos (oficiais e *ad hoc*).

A idéia de hegemonia, em seu sentido primordialmente gramsciano, contempla duas categorias fundamentais : a sociedade política e a sociedade civil. Dentro da sociedade civil, aloja-se a dinâmica do antagonismo de classes cujos resultados históricos fornecem uma forma sedimentária denominada sociedade política.

De fato, essa contribuição espelha a própria formação material do aparelho estatal enquanto um amplo amontoado de sedimentos depositados pelos movimentos da atividade cultural e econômica da sociedade civil. Afirmar que a sociedade política se forma através da

⁶⁹ As advertências sobre as limitações ao emprego dessa figura de linguagem – o ultraimperialismo – já foram feitas anteriormente.

⁷⁰ Trata-se de um paralelismo, relativo e com ressalvas, ao pensamento de Gramsci. Como já foi mencionado, a abordagem gramsciana, exceto por alguns exemplos pontuais, não pertence à linha teórica adotada neste trabalho.

interminável seqüência de materializações da sociedade civil é, em última instância, uma grande generalidade. Na constatação dessa generalidade, bem como na percepção de que a sociedade civil é precisamente o fruto de um modo material específico e histórico da reprodução de sua vida material, o capital, historicamente, se encontra enquanto generalidade e abstração.

Outra alternativa, tão lógica como inconsistente, seria o estudo das inter-relações de um capital em particular com a coletividade dos Estados. Desse procedimento, os resultados serão absolutamente particulares e incapazes de contribuir para a discussão proposta.

O Estado, portanto, só é superestrutura daquilo que lhe é infraestrutural, ou colocado ainda como uma indagação:

Se o Estado não é simples instrumento nas mãos de uma classe que o “manobraria”, não seria porque ele se estende mais além dos limites dessa classe ou fração de classe, pondo em ação mecanismos infinitamente mais complexos que o simples aparelho do Estado: “o bloco no poder” que o sustenta, o lugar dos “efeitos particulares” causados pela interação das camadas não estatais na vida do Estado? (BUCI-GLUCKSMANN, 1990, p. 135-136, grifo no original)

Que o Estado em particular não seja meramente superestrutura do capital não apóia necessariamente a idéia gramsciana dos pares ordenados “sociedade civil, sociedade política; dinâmica, estática” cuja dicotomia, uma vez desequilibrada, conduz ao conceito de crise orgânica.

No mínimo, para a abordagem desenvolvida neste trabalho, a análise gramsciana apresenta o inconveniente de ser historicamente muito precisada. (CARNEVALI, 2005, p.29). Para Gramsci uma vez instaurada a crise orgânica (assim já definida) os processos mais preponderantes são precisamente os mais diretamente relacionados com a mudança engendrada pela crise. Isso equivale a afirmar que os fatos mais importantes no contexto de uma crise orgânica são tanto determinantes na conjuntura política como a classe ou fração de classe interessada no processo tem condições de dar prosseguimento ao processo.

Embora esse recurso analítico seja, em termos, bastante coerente, ao tentar transpô-lo a uma análise geral do Estado, das classes e da política, não é necessariamente lógico.

O capital, enquanto tal, constitui de fato uma abstração, ainda que historicamente definida. Sua generalidade, entretanto, se transmuta em especificidade na generalidade de seus componentes⁷¹.

Por esta razão, o Estado, enquanto construção humana geral somente pode ser concebido para um modo de reprodução social em geral. Analogamente, um capital em particular se defronta com o Estado enquanto uma superestrutura.

Esses dois enfoques correspondem à idéia básica e mais simples de Estado, razão pela qual, dificilmente a partir destas concepções seja possível compreender de maneira integral o conjunto das sociedades civis e Estados que compõem o sistema mundial.

Quando se propõe a compreender de que forma outros países e capitais influenciam a política ou a economia de uma determinada nação, na verdade estuda-se a relação de um Estado em particular com o capital em geral.

A questão que permanece é a natureza do motor que parece fazer a história correr “sempre para a direção correta”. A própria dialética de seus elementos materiais que compõe o modo histórico de produção da realidade atual sem dúvida, produz suas negações, mas ao mesmo tempo, aprofunda suas formas e estruturas de continuidade: é o corpo que se decompõe antes de falecer.

Estes meios de “acomodação do insustentável” são variados e para cada época tendem a se manifestar conforme conveniências específicas.

Não é consenso, nem mesmo entre os marxistas, a forma como o capitalismo deve ser sucedido, e nem mesmo se é necessário historicamente que o seja. Esta não é uma questão relevante neste trabalho. No âmbito das idéias aqui discutidas, basta acatar que o sistema

⁷¹ A própria atividade humana e o tempo, que, sob ação deste último se converte em passado e presente, constitui, ao mesmo tempo, seu componente material e seu componente humano, bem como seu próprio devir.

capitalista possui um conjunto de contradições internas, as quais tendem a lhe causar a degeneração – sem contudo, adentrar no âmbito do debate sobre o quão perto a degeneração se encontra do fim.

Das contradições internas do sistema de capital, a mais destacada é a do aumento da composição orgânica do capital que conduz a queda tendencial da taxa de lucros.

Não é objeto de investigação deste estudo detalhes desta teoria, como referencial teórico, entretanto, para atender ao que necessita a presente discussão, pode-se tomar a queda tendencial da taxa de lucro como expressa em Mandel (1982).

Pensando primeiramente nos países ou classes capitalistas pioneiras da industrialização; não é difícil entender que em algum momento haja a iminência da superprodução, dado o aumento da composição orgânica do capital.

Instaurada esta situação, o capital se vê diante da contingência de realizar sua produção pelo valor ou equilibrar este excedente de alguma outra forma. A realização da produção pelo valor, na maioria das vezes não é uma solução adequada à classe capitalista, visto que implicaria em colossal deterioração dos lucros. Mandel (1982), por exemplo, destaca o crescimento do setor bélico e armamentista como uma solução provisória ao problema de superprodução.

Do ponto de vista da classe trabalhadora, para além da deterioração dos salários, o desemprego, sem dúvida é o maior problema. Em décadas passadas, quando o problema social nos países centrais do capitalismo não se apresentava tão contundente como hoje, a extração de valor da periferia mediante o abastecimento, abaixo do valor, de bens salariais, além das tradicionais vias financeiras, permitia um certo conforto social.

Hoje, as difíceis negociações que os países periféricos travam com os Estados Unidos e Europa sobre a abertura dos mercados agrícolas, demonstra a séria crise social latente. Ameaçadas pelo êxodo rural, as metrópoles centrais, que não teriam condições de abrigar produtivamente amplos contingentes populacionais da imensa *hinterland* americana e européia, se vêem na contingência de subsidiar e proteger as pequenas propriedades rurais a fim de evitar uma crise social de amplas proporções.

A realidade parece se apresentar assim: dado o atual nível de evolução da técnica, o trabalho é muito pouco necessário; e deve ser copiosamente empregado nos setores em que ainda é minimamente requerido.

O ano passado foi muito ilustrativo da gravidade dos problemas sociais oriundos da pobreza e do desemprego nos Estados Unidos e na Europa.

Por outro lado, a administração capitalista do Estado não é um bloco uno e coeso da classe capitalista como um todo; mas serve também de palco a uma intensa luta intercapitalista. É isso que explica porque países centrais com grandes deficiência de postos de trabalho de postos de trabalho invistam em países periféricos instalações industriais e de serviços muitas vezes bem mais intensivas em uso de trabalho que as existentes na matriz.

Poucos campos de consenso, portanto restam às classes capitalistas na direção do Estado. Além da precária proteção ao mercado interno, do domínio dos serviços financeiros e das intervenções militares nas zonas do planeta onde um conflito desassistido poderia se tornar nocivo à ordem necessária à reprodução do capital.

O campo de “manobra política” dos países periféricos é ainda mais estreito e nada parece sustentar a viabilidade de desenvolvimento de um mercado interno de amplas proporções e menos ainda de emancipação da dependência e opressão financeira internacional.

A mera evolução dos elementos componentes do capital tornou suas possibilidades de desenvolvimento tão limitadas que, hoje, nenhuma análise das relações internacionais parece ser viável fora do paradigma “centro-periferia” ou qualquer assemelhado. A razão para isso é que as políticas internas que o centro desenvolver para seus próprios problemas tende a produzir muito mais efeito sobre o mundo que qualquer ato da política externa periférica.

Neste sentido, a política do centro capitalista é esclarecedora do panorama político do mundo. O seguinte excerto (de autoria de Mandel – 1982), embora escrito quando os problemas relatados aqui eram praticamente inexistentes, sintetiza bem a natureza do que resta ao Estado:

“Desse ponto de vista, a república parlamentarista burguesa é incontestavelmente a forma ideal do Estado burguês, porque reflete da melhor maneira possível a unidade dialética e a contradição entre concorrência de muitos capitais e interesse e natureza social do capital em sua totalidade. (268)

A partir disso, fica claro que o estado capitalista aumentará de tamanho e violência conforme se torne o capitalismo mais monopolista.

CAPÍTULO V

CONCLUSÃO

O capital é uma forma específica de controle da sociedade, cuja necessidade de adequação de sua estrutura de comando o impele a projetar-se sobre as estruturas sociais e políticas. Neste sentido, o Estado não é qualificado como mera superestrutura do capital.

Para o Capital, o estado se apresenta como superestrutura enquanto um caso particular. Posto que não exista personalização viável do capital, somente a imanência de sua própria lógica e manifestação nas classes capitalistas pode se constituir em categoria de análise materialista.

Enquanto que o arcabouço material da sociedade, impele à continuidade, o sistema de Capital, é sua forma específica de controle do funcionamento social – isto é, sua estrutura política, que o tributa de existência específica. Daí que suas propriedades definidoras são coletivas e somente se aplicam ao singular enquanto ficção.

O Estado de classes se apresenta enquanto uma categoria e síntese da impossibilidade de representação e vontade humana do controle do sistema de Capital. O conjunto das determinações se revela diverso do somatório das partes, posto que a dialética das relações materiais constituintes da sociedade do Capital se efetiva enquanto disjunção de seu passado e presente.

No âmbito da problemática proposta, uma das aplicações deste processo dialético é vista na “dissonância entre os capitais nacionais e os capitais desprovidos de sua necessária formação de Estado” de Mészáros. O Estado, ao aparecer dispensável se propõe enquanto um obstáculo teórico, o que revela o papel ativo do Capital na estrutura política do sistema e, ao mesmo tempo, reserva o espaço lógico do Capital no Sistema, enquanto virtualidade.

Esta contradição latente entre o Capital e o espaço da Nação constitui uma questão fundamental deste trabalho e justifica o advento das duas teses auxiliares: do transbordamento geográfico de contradições e a da transposição das propriedades do Capital e do Estado.

Em que pese a ausência de maiores justificativas empíricas sobre a originalidade do atual momento de acumulação capitalista – que em última instância é o que valida as teses auxiliares, o presente trabalho contribui positivamente com a hipótese da constituição da estrutura política como um aprofundamento do material, exibindo justamente por isso, os atuais contornos fluidos e aparentemente imateriais.

Assim, o Estado moderno é correspondente da ordem reprodutiva do capital, visto que esse estágio exacerba sensibilidades políticas específicas e engendra novas formas de controle social adequadas para um mundo em latente possibilidade de crise.

Não é necessário que as abomináveis tendências quanto a vida que as futuras gerações podem ter sob o sistema capitalista pós década de 1990 se confirmem todas. Através do conhecimento dos mecanismos de sociocontrole atualmente em uso e da natureza da contemporânea acumulação do capital é possível inferir minimamente elementos da sociedade a dado estágio de acumulação capitalista.

No âmbito das relações internacionais, a dissonância entre capital nacional e o capital global é apropriada tensão entre o espaço da nação e a acumulação mundial. Por outro lado, é essa dissonância que revela o segredo das grandes potências.

A característica definidora da grande potência é a capacidade de criar condições generalizadas de acumulação. Neste sentido é possível compartilhar alguns termos de autores contemporâneos, como a importância das instituições e da estrutura científica e tecnológica adequadas ao processo de acumulação. Estas estruturas, porém, advêm da evolução da própria acumulação e evolução das classes capitalistas. A consequência disso é que essas estruturas não podem ser induzidas a menos que ocorra uma eficaz indução – isto é, criação artificial – das próprias classes capitalistas. Os efeitos dessa indução são, todavia, questionáveis. Engels – nos discursos de Erbenfeld – alerta para a inutilidade e os efeitos nocivos desse pleito, enquanto que Marx – em diversas obras – vê com desdém e até certa suspeita essa sorte de plano⁷². O surgimento de estruturas auxiliares a acumulação sólidas e eficientes pressupõe

⁷² Consultar, para exposição mais detalhada, o capítulo anterior.

também a existência massiva de capital financeiro engajado⁷³ com a economia nacional, sem o qual não é possível arcar com os prazos bastantes longos e grandes custos relativos aos processos de descobertas técnicas, produtivas e científicas – que tanta vantagem confere aos países pioneiros do capitalismo hoje.

O adequado controle social e político sobre a classe assalariada, até, e principalmente, o domínio sobre todos os artifícios de acomodação das contradições do capital, são componentes fundamentais ao exercício de uma potência nacional no sistema das nações. Sem dúvida, o principal condicionante das relações econômicas e políticas internacionais é a consolidação de formas de acomodação das contradições do capital⁷⁴.

O capital financeiro é, sem dúvida, a ponta de lança da globalização, do imperialismo e da mundialização do capital. Não se pode esquecer, entretanto, que o capital financeiro é, acima de tudo, um reflexo e consequência da acumulação de capital industrial e do próprio processo histórico de constituição dos Estados nacionais.⁷⁵

Enquanto produto originário do desprendimento da esfera de acumulação do capital industrial, o capital financeiro tem a possibilidade de dar sobrevida a acumulação antes que uma crise de superprodução se instaure. Há momentos, entretanto, nos quais a crise não pode ser postergada. Um exemplo clássico de resolução artificial da crise de superprodução é a guerra, cujos lucros e bônus futuros dão vida nova ao mercado prestamista (oficial e extra-oficial).

A dissonância entre a suposta existência de um capital globalizado e os Estados nacionais se verifica enquanto antagonismo entre o capital nacional e o capital global, e, ao mesmo tempo se resolve pela projeção das propriedades do Estado no capital e do capital sobre a estrutura de comando, representatividade e lógica do próprio Estado nacional.

⁷³ Obviamente esse engajamento não traduz uma posição formal, intencional ou ostensiva. Advém da própria história de construção deste capital.

⁷⁴ Este trabalho se refere a essas contradições de forma genérica, embora algumas tenham sido explicitadas. A contradição motriz de todas as demais é a evolução desproporcional da produção sobre a capacidade salarial de consumo das massas, principalmente no centro. O capítulo II menciona algumas formas que assumem esta contradição. Para um estudo mais detalhado é recomendada a primeira parte da obra “Para além do capital” de Mészáros.

⁷⁵ A esse respeito consultar a alienação do Estado para Marx e Arrighi (introdução)

O Estado, portanto, é a materialização política da lógica de acumulação do Capital e não uma superestrutura em específico. Que este sirva eventualmente enquanto superestrutura, é um caso específico, oriundo da validação de um pré-requisito e não uma característica definidora de sua natureza.

Somente a intensidade da luta intercapitalista é o que justifica a atual diversidade de Estados e Estruturas políticas e, é essa configuração absolutamente dependente da dinâmica da acumulação capitalista.

RECOMENDAÇÕES E LIMITAÇÕES

A maior limitação deste trabalho é, sem dúvida, a superficialidade com que a realidade e as teorias foram tratadas. O objetivo, porém, não teve pretensões de maiores que as de estabelecer algumas discussões iniciais que inspirassem trabalhos de pesquisa a respeito do estudo das relações políticas e econômicas internacionais pela via materialista.

Dada a atualidade dos temas desenvolvidos, é desnecessário mencionar que todo o trabalho está sujeito a inúmeras críticas, reformulações e melhoramentos, daí a atenção que procurei dedicar aos aspectos metodológicos, a fim de obter um mínimo de segurança para analisar a realidade contemporânea da maneira mais acurada que meu entendimento pode fazer.

As discussões tecidas neste trabalho destacaram a importância, com o devido rigor metodológico, do estudo e da pesquisa sobre as classes capitalistas e suas formas específicas de reprodução como forma de compreender as relações econômicas entre as nações, bem como aspectos fundamentais da política.

No que respeita à discussão tecida no capítulo segundo, o trabalho poderia ser complementado por um aprofundamento do conceito gramsciano de hegemonia, Wallerstein e o capitalismo histórico. O estudo da articulação do capital e seu nexos de comando político, é passível de maiores detalhamentos, à exemplo dos estudos de Samir Amin sobre a Nação e as classes sociais.

O presente trabalho fornece respostas simplificadas quanto ao *locus* teórico das classes burocráticas e dos gestores. Tais questões mereceriam estudo e análise mais pormenorizadas.

As poucas menções ao conceito de “espaço” no materialismo histórico, bem como no sistema capitalista não fazem mais do que chamar a atenção ao problema, cujo aprofundamento certamente daria origem a outro trabalho de porte igual ou maior que o realizado. Nada impede, entretanto, que a questão do espaço seja melhor contextualizada e esplanada, o que recomendaria um esboço preliminar de teóricos como Harvey e Le Fevre, por exemplo.

Possivelmente este maior detalhamento reforçaria o instrumental teórico e objetivo da tese do transbordamento geográfico das contradições.

Contribuiria à elegância teórica e contextualização do problema deste trabalho, uma exposição mais pormenorizada de outras concepções de Estado, bem como um capítulo destinado à análise e crítica das vertentes principais das relações internacionais.

Um diálogo mais intenso com os teóricos do Sistema Mundo, traria certamente mais interesse da comunidade científica atual à discussão engendrada por este texto, assim como possivelmente colocaria em evidência outras questões não completamente destacadas pelo marco teórico adotado.

BIBLIOGRAFIA

ALTHUSSER, Louis (org.). **Ler O Capital**. Rio de Janeiro : Zahar. 1980

ANDRADE, Almir de. **As duas faces do tempo**: Ensaio crítico sobre os fundamentos da filosofia dialética. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1971.

ARON, Raymond. **Paz e guerra entre as nações**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1978.

ARRIGHI, Giovanni. **O longo século XX**. Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 1996

BLOOM, Salomón F. **El mundo de las naciones**. Ed. Siglo veintuno, Buenos Aires: 1975.

BORON, Atílio. **Estado capitalismo y democracia em América Latina**. Buenos Aires: Clacso, 2003.

BOURDIEU, Pierre; WACQUANT, Löic. **Revista Possibilidades/Núcleo de Pesquisas Marxistas**, v 1, n. 1, jul./set. p.24-28. 2004

BOURDIEU, Pierre; WACQUANT, Löic. **Revista Possibilidades/Núcleo de Pesquisas Marxistas**, v 1, n. 1, jul./set. 2004. páginas 24-28.

CARNEVALI, Giorgio, in MEZZARROBA, Orides (org.) **Gramsci**: Estado e relações internacionais. Florianópolis: Fundação Boiteaux, 2005.

CASTORIADIS, Cornelius. La razionalità del capitalismo. **Revue internationale di psychosociologie**, v. 8, 1997.

CHEPTULIN, Alexandre. **A dialética materialista**. São Paulo: Ed. Alfa-omega, 1982.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996

DEBLOCK, Christian. La globalisation et l'économie politique internationale. **Continentalisation**, Montreal, maio 2000.

DEBRAY, Régis. O marxismo e a questão nacional. In: SADER, Emir (Org.). **Vozes do século**. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 1997

DINIZ FILHO, Luís Lopes. Contribuições e equívocos das abordagens marxistas na geografia econômica: um breve balanço. **Revista Terra livre**, São Paulo, v. 18, n. 18, p. 143 – 160, jan./jun. 2002.

DREIFUSS, René Armand. **Transformações: Matrizes do século XXI**. Petrópolis: Ed. Vozes, 2004.

ENGELS, F. 1991. **A dialética da natureza**. 5ª ed., Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra

ENGELS, F. 1991. **A dialética da natureza**. 5ª ed., Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra

ENGELS, F; MARX, K. **Obras escogidas, en tres tomos, tomo 3**. Moscou: Editorial Progreso, 1974.

GRAMSCI, Antonio. **Maquiavel, a política e o estado moderno**. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1989.

HALLIDAY, Fred. **Repensando as relações internacionais**. Ed. FAPA, Porto Alegre: 1999.

HEILBRONER, Robert. **A história do pensamento econômico**. São Paulo: Nova Cultural, 1996

HOBSBAUM, Eric. **Da revolução industrial inglesa ao imperialismo**. São Paulo: Forense-Universitária: 1979

Karl Marx – Friedrich Engels: Werke. V. 6. Berlin: Dietz Verlag: 1959. p. 182-196.

Karl Marx & Frederick Engels, Collected Works, V. 6. London: Lawrence & Wishart, 1976

KAUTSKY, Karl. Der Imperialismus. **Neue Zeit**, Stuttgart, 11 de Setembro de 1914. p. 2

KOSÍK, Karel. **Dialética do concreto**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1976.

LENIN, Vladimir Ilitch. O imperialismo, fase superior do capitalismo. In Obras escolhidas em três tomos. V.1 . Ed. Avante. Lisboa: 1977

LIPIETZ, Alain. **Miragens e Milagres: problemas da industrialização no terceiro mundo**. São Paulo, Livraria Nobel, 1988

LIPIETZ, Alain. **O capital e seu espaço**. São Paulo, Livraria Nobel, 1987

LIST, Friedrich. **Das nationale system der politische oekonomie**. Stuttgart-Tübingen: 1841.

LUKÁCS, Georg. **The process of democratisation**. Nova Iorque: State University of New York Press, 1991.

LUKÁCS, Gyorgy. **História e consciência de classe**. Ed. Pcus: 1960

LUKÁCS, Gyorgy. **Ontologia do ser social: princípios ontológicos fundamentais em Marx**. Ed. Edifal, Maceió: 1996

LYSANDROU, Photis. The market and exploitation in Marx's economic theory: a reinterpretation. **Cambridge journal of economics**, Cambridge, n. 24, p. 325 – 347. 2000.

MANDEL, Ernest. **Introdução ao marxismo**. Lisboa: Editora Antídoto, 1978.

MARGINSON, Simon. Value creation in the production of services: a note on Marx.

Cambridge journal of economics, Cambridge, n. 22, p. 573 - 585. 1998.

MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da dependência**: uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini. Petrópolis: Ed. Vozes. 2000

MARX, K. **A luta de classes na França**. Buenos Aires: Anteo, 1972

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã** (Feuerbach). São Paulo, Editorial Grijalbo, 1977

MARX, Karl. **A burguesia e a contra-revolução**. Ed. Ensaio. São Paulo, 1987

MARX, Karl. **Chicago Tribune**, Chicago, 5 de março de 1852, p. 7.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Editora Martins Fontes, 1983.

MARX, Karl. **Contribuição para a crítica da economia política**. São Paulo: Mandacaru, 1989

MARX, Karl. **Crítica da economia nacional**. Ed. Ulmeiro, Lisboa: 1976.

MARX, Karl. **Crítica da filosofia do direito de Hegel**. Lisboa: Presença, 1977

MARX, Karl. English politics. **New-York Daily Tribune**, Nova Iorque, 14 de Fevereiro de 1860.

MARX, Karl. **New-York Daily Tribune**, Nova Iorque, 25 de junho de 1853, p. 5.

MARX, Karl. **New-York Daily Tribune**, Nova Iorque, 5 de março de 1852, p. 7.

MARX, Karl. **O Capital**. LI, V 1. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1968.

MARX, Karl. **O dezoito de Brumário de Luiz Bonaparte**. Lisboa: Avante, 1982.

MARX, Karl. Russia and China. **New-York Daily Tribune**, Nova Iorque, 7 de Abril de 1857.

MARX, Karl. Russian policy against turkey.— chartism. **New-York Daily Tribune**, Nova Iorque, 14 de Julho de 1853.

MARX, Karl. **Teorias da mais-valia**: história crítica do pensamento econômico. V. 1,2 e 3 São Paulo: Mandacaru, 1989

MARX, Karl. The Case of the Lorcha Arrow. **New-York Daily Tribune**, Nova Iorque, 23 de Janeiro de 1857.

MARX, Karl. The war question— financial matters— strikes. **New-York Daily Tribune**, Nova Iorque, 21 de Outubro de 1853.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Critique of the Gotha programme**. In Marx/Engels selected works. V. 3. p. 13-30. Moscou: Progress Publishers, 1970

Marx, Karl; Porter, Thomas W.; H.. **An interview with Karl Marx in 1879**: first published in the Chicago tribune, January 5, 1879 New York: American Institute for Marxist Studies, 1972.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**: Rumo a uma teoria da transição. Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2002.

MEZZARROBA, Orides (org.) **Gramsci**: Estado e relações internacionais. Florianópolis: Fundação Boiteaux, 2005.

MILWARD, Bob. **Marxian political economy**: theory, history and contemporary relevance. Londres: Mcmillan, 2000.

Omega Foundation for the European Parliament's department of Scientific and Technological Options Assessment (STOA) . **Special Report to the European Parliament**. Luxemburgo: Setembro de 1998

OURIQUES, Nildo Domingos, in GUIMARÃES NOGUEIRA, Francis Mary (org.) **Estado e políticas sociais no Brasil**. Cascavel: Ed. Edunioeste, 2001.

PILGER, John. **The new rulers of the world**. Londres: Verso, 2003

ROSDOLSKY, Roman. **Génesis y estructura de El capital de Marx** (estudios sobre los Grundrisse) Madri: Siglo XXI editores, 1986

SADER, Emir. Der kapitalistische genozid. **Blätter für deutsche und internationale Politik**. Berlim, n. 7, p. 818 – 824. 2004.

SCRUTON, Roger. An insidious replacement for the marxist newspeak. **National review**, Nova Iorque, v. 97, n. 11, p. 41 – 43, jun. 2002.

SILVA, Ludovico. **Anti-manual para uso de marxistas, marxólogos y marxianos**. Caracas:Monte Ávila, 1976

TULARD, Jean. **Napoleão: o mito do salvador**. São Paulo: Casa Jorge Editorial, 1996

WACQUANT, Löic. **As Prisões da miséria**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001

